

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLAN

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC



NOTA DE CONJUNTURA DO MARANHÃO

Abril de 2012



Nota de Conjuntura Econômica – Abril de 2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

De acordo com o quadro mais recente de projeções para economia mundial (WEO-FMI), a tendência de tênue recuperação provavelmente irá continuar nas principais economias avançadas, enquanto que nas economias emergentes e em desenvolvimento o menor dinamismo do comércio mundial e as oscilações nos preços das *commodities* mostram que as recentes melhorias ainda são muito frágeis.

No plano nacional os indicadores recentes mostram uma expressiva desaceleração da atividade industrial, sob a influência do menor dinamismo do comércio mundial, do câmbio sobrevalorizado e da deterioração na confiança dos empresários. Os indicadores de consumo refletem a expansão da massa salarial, as facilidades de crédito e incentivos tributários mobilizados pelo Governo federal na tentativa de, a exemplo do ocorrido em 2008-2009, limitar os efeitos do cenário internacional desfavorável. No que tange à trajetória da inflação, percebe-se que tanto os preços de atacado quanto os preços ao consumidor registraram expressiva queda nos meses recentes, devido ao menor dinamismo da atividade, aos efeitos combinados do câmbio valorizado e ao recuo nas cotações de *commodities*. O corte da taxa Over-Selic para 9,0% a.a. no dia 18/04, resume as avaliações do COPOM acerca do efeito do menor ritmo de atividades sobre o nível esperado de preços.

No *front* externo, a mudança observada desde 2004 na composição da pauta de exportações em favor dos produtos básicos reflete a valorização dos termos de troca, causando o direcionamento do uso de fatores produtivos em atividades intensivas em recursos naturais. Por outro lado, a valorização cambial, acompanhada da elevação real dos custos ao produtor, constitui-se numa das causas da redução na participação de bens manufaturados. Na Região Nordeste, em particular, observou-se em 2011 fortes retrações na indústria têxtil, de vestuário e calçados, resultados que obrigam a rever o conceito da atratividade das indústrias de bens salário na Região. No plano das finanças públicas, a forma como vem sendo obtido o ajuste fiscal brasileiro penaliza o crescimento da economia, posto que baseado principalmente no aumento da carga tributária e em uma combinação de expansão de gastos correntes com compressão de investimentos públicos.

O Maranhão segue mantendo um diferencial de dinamismo, sustentado pela instalação de um vultoso bloco de investimentos concentrados nos segmentos de petróleo, gás e energia, logística e transportes, minero-metalurgia, celulose, grãos e cana-de-açúcar e álcool. Acompanha-se no Estado com interesse os indicadores recentes do emprego formal, que apontam para uma retração na geração de empregos nos segmentos industriais, em especial a construção civil e na minero-metalurgia. As oscilações nos mercados de *commodities* agrícolas e minerais também são objeto de preocupação, na medida em que interferem nas estimativas de rendimentos futuros esperados dos projetos de investimento em instalação no Estado.

O Índice de Volume de Vendas do Comércio do IBGE, divulgado em março de 2012, revelou que o comércio varejista maranhense obteve expansão de 1,8% em fevereiro, já com o ajuste sazonal. A comparação contra o mesmo mês do ano anterior apontou expansão real da ordem de 13,0%, e acumula 9,6% de crescimento em doze meses. Por outro lado, a pesquisa da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do estado do Maranhão – FDCL/MA e a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC mostram que o endividamento do consumidor continua em patamares elevados no conjunto das capitais brasileiras e ainda mais elevado em São Luís.

No que se refere às finanças públicas estaduais, observa-se, de um lado, o vigor na arrecadação de ICMS e dos demais tributos federais e, de outro, é possível ver que, com exceção do Fundo de Participação dos Estados (FPE), houve redução em todas as demais modalidades de transferências federais no primeiro trimestre de 2012, na comparação com o mesmo período de 2011. Analisando-se as medidas de incentivo tributário recentemente anunciadas pelo governo federal para sustentar as atividades produtivas, mais uma vez se coloca a questão do ônus desigual imposto aos Estados mais dependentes dos fundos de participação, dado que o IPI faz parte da base de arrecadação de tais fundos.

CENÁRIO INTERNACIONAL

A edição mais recente do *World Economic Outlook* (WEO), de abril 2012, aponta para uma gradual recuperação da economia global, após a virada depressiva observada em 2011. Segundo o documento, a ameaça de uma forte desaceleração mundial diminuiu com a retomada da atividade nos EUA e alguns sinais promissores no que tange às políticas de enfrentamento da crise na área do EURO.

De acordo com o quadro mais recente de projeções para economia mundial (WEO-FMI), a fraca recuperação provavelmente irá continuar nas principais economias avançadas e embora no curto prazo a atividade permaneça relativamente sólida na maioria das economias emergentes e em desenvolvimento, o menor dinamismo do comércio mundial e as oscilações nos preços das *commodities* mostram que as recentes melhorias ainda são muito frágeis.

Se, de um lado, o miniciclo de retomada nos EUA é funcional para uma provável reeleição do Presidente Obama, de outro, a atuação do Banco Central Europeu como emprestador de última instância e o anúncio de políticas de austeridade fiscal e de sustentação ao segmento imobiliário em várias nações européias explicam a pequena melhora nas projeções na zona do euro.

Um indicador de que a situação européia continuará preocupante por alguns anos é o desempenho dos títulos soberanos de dois anos da Alemanha, cujos rendimentos ficaram abaixo dos títulos de mesmo prazo japoneses pela primeira vez desde 1988.

Tabela 1 – Previsões do *World Economic Outlook* (FMI) Para a Taxa de Crescimento Anual do PIB das Principais Economias

| Países e Regiões Selecionados | ano a ano (%) | | | | Diferença de janeiro de 2012 | |
|-------------------------------|---------------|------------|------------|------------|------------------------------|------------|
| | Projeções | | | | | |
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 |
| PIB Mundial | 5,3 | 3,9 | 3,5 | 4,1 | 0,2 | 0,1 |
| Economias avançadas | 3,2 | 1,6 | 1,4 | 2,0 | 0,2 | 0,1 |
| Estados Unidos | 3,0 | 1,7 | 2,1 | 2,4 | 0,3 | 0,2 |
| Zona do Euro | 1,9 | 1,4 | -0,3 | 0,9 | 0,2 | 0,1 |
| Alemanha | 3,6 | 3,1 | 0,6 | 1,5 | 0,3 | 0,0 |
| França | 1,4 | 1,7 | 0,5 | 1,0 | 0,3 | 0,0 |
| Itália | 1,8 | 0,4 | -1,9 | -0,3 | 0,2 | 0,3 |
| Espanha | -0,1 | 0,7 | -1,8 | 0,1 | -0,2 | 0,4 |
| Japão | 4,4 | -0,7 | 2,0 | 1,7 | 0,4 | 0,1 |
| Inglaterra | 2,1 | 0,7 | 0,8 | 2,0 | 0,2 | 0,0 |
| Canada | 3,2 | 2,5 | 2,1 | 2,2 | 0,3 | 0,2 |
| Economias emergentes | 7,5 | 6,2 | 5,7 | 6,0 | 0,2 | 0,1 |
| Rússia | 4,3 | 4,3 | 4,0 | 3,9 | 0,7 | 0,4 |
| China | 10,4 | 9,2 | 8,2 | 8,8 | 0,1 | 0,0 |
| Índia | 10,6 | 7,2 | 6,9 | 7,3 | -0,1 | 0,0 |
| Brasil | 7,5 | 2,7 | 3,0 | 4,1 | 0,1 | 0,1 |
| México | 5,5 | 4,0 | 3,6 | 3,7 | 0,1 | 0,2 |

Fonte: WEO-FMI

CENÁRIO NACIONAL

Produto Interno Bruto

A Expansão do PIB Retrocede a Patamares do Início da Década

As contas nacionais trimestrais, calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, indicam que em 2011 a economia brasileira cresceu 2,7% em relação a 2010, registrando um Produto Interno Bruto a preços de mercado de R\$ 4.143 bilhões. O baixo desempenho em relação ao ano anterior, cujo crescimento atingiu 7,5%, foi reflexo de uma forte desaceleração no investimento agregado e nas exportações líquidas do país.

Na **Tabela 1**, a análise da evolução das categorias de despesas mostra que em 2011 o consumo das famílias registrou expansão de 4,1%, a menor desde 2004, refletindo diretamente a inflexão no nível de renda nacional. Na mesma direção, o consumo do governo, após a contenção dos gastos destinados a rubrica *outras despesas de capital* e fechamento do ajuste no final do ano, ocasionou impactos negativos nos investimentos públicos, tendo expansão irrisória de 1,9%, semelhante ao patamar de 2003.

O investimento agregado (formação bruta de capital fixo), não acompanhou o ritmo dos anos anteriores, apresentando crescimento de 4,7% no ano passado. Essa desaceleração é explicada, principalmente, pela

deterioração do cenário internacional e pelos efeitos da valorização do câmbio sobre a competitividade da indústria doméstica.

Em 2011 as importações registraram expansão de 9,7%, em contraste com o crescimento de 4,5% das exportações. Credita-se tal resultado à valorização do Real, uma das causas da crescente demanda por bens externos.

Tabela 2 - Evolução do PIB Brasil por Categorias de Despesas (Média de 4 tri Sobre os 4 tri Anteriores, em %)

| Ano | PIB | Consumo | | FBCF* | Expor- tações | Impor- tações |
|------|------|----------|------|-------|------------------|------------------|
| | | Famílias | Gov. | | | |
| 2000 | 4,3 | 4,0 | -0,2 | 5,0 | 12,9 | 10,8 |
| 2001 | 1,3 | 0,7 | 2,7 | 0,4 | 10,0 | 1,5 |
| 2002 | 2,7 | 1,9 | 4,7 | -5,2 | 7,4 | -11,8 |
| 2003 | 1,1 | -0,8 | 1,2 | -4,6 | 10,4 | -1,6 |
| 2004 | 5,7 | 3,8 | 4,1 | 9,1 | 15,3 | 13,3 |
| 2005 | 3,2 | 4,5 | 2,3 | 3,6 | 9,3 | 8,5 |
| 2006 | 3,8 | 4,6 | 2,8 | 10,0 | 4,7 | 18,3 |
| 2007 | 5,4 | 6,5 | 3,1 | 13,4 | 6,6 | 20,7 |
| 2008 | 5,1 | 5,4 | 5,7 | 13,8 | -0,6 | 18,5 |
| 2009 | -0,3 | 4,4 | 3,1 | -6,7 | -9,1 | -7,6 |
| 2010 | 7,5 | 6,9 | 4,2 | 21,3 | 11,5 | 35,8 |
| 2011 | 2,7 | 4,1 | 1,9 | 4,7 | 4,5 | 9,7 |

Fonte: IBGE *Formação Bruta de Capital Fixo

No intuito de estimular a atividade econômica, o governo brasileiro vem tomando medidas pontuais, que se iniciaram com a tentativa evitar a valorização do Real e o estímulo ao aumento da competitividade da indústria nacional. As medidas de estímulo à indústria englobam a segunda etapa do *Plano Brasil Maior*, com um volume de empréstimos de R\$ 60,4 bilhões, incluindo a redução de IPI, a postergação do pagamento de PIS e Cofins para as indústrias afetadas pela crise, sendo que R\$ 45 bilhões desse total são financiados pelo BNDES. Ainda sim, existe dúvida se a política implementada não estaria atendendo apenas ao curto prazo, deixando de lado a elaboração de plano de longo prazo voltado para a superação de obstáculos estruturais à elevação da competitividade nacional, entre eles a carga tributária elevada, o déficit fiscal estrutural, os gargalos de infraestrutura e as debilidades do sistema de inovação brasileiro.

IBC-BR de Fevereiro Sinaliza Queda da Atividade Econômica

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), indicador criado para antecipar a tendência do Produto Interno Bruto (PIB), apresentou retração de 0,23% em janeiro na comparação com o mês anterior.

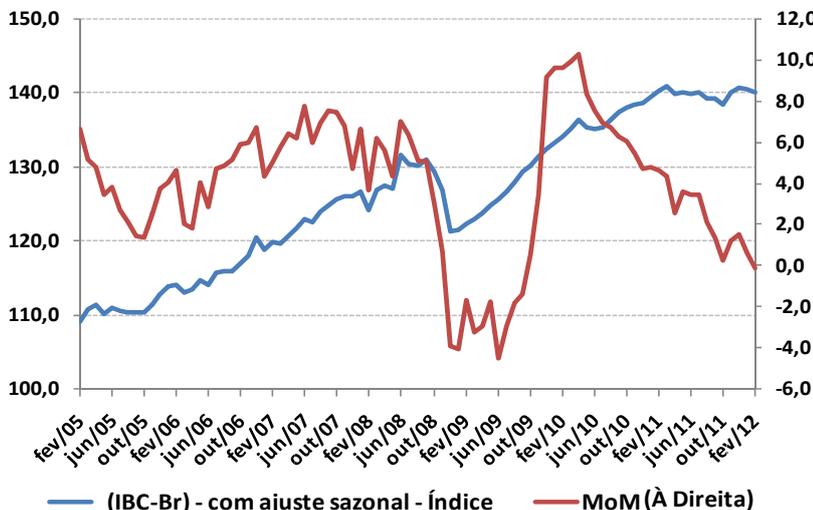


Gráfico 1 - IBC-BR com Ajuste Sazonal e Taxa de Crescimento (Fev/05 a Fev/12 - em %) Fonte: BACEN

No **Gráfico 1**, percebe-se que o índice sinalizou desaceleração ao desde fevereiro de 2010. No último trimestre apresentou expansão de 0,87% contra o mesmo período do ano anterior e em fevereiro registrou queda. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior o indicador de fev/12 mostrou-se descendente, refletindo uma expressiva desaceleração da atividade econômica.

Produção Física Industrial

A Desaceleração Deteriora as Expectativas Industriais

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE no âmbito nacional, revelam que em 2011 o desempenho do setor industrial foi o grande responsável pelo crescimento abaixo do esperado da economia brasileira. A Indústria Geral cresceu apenas +0,3% influenciada, positivamente, pela Indústria Extrativa (+2,2%). Por outro lado, a Indústria de Transformação (+0,2%), por possuir maior peso na indústria, desenhou uma trajetória de desaceleração durante todo o ano, com destaques positivos nos segmentos: *equipamentos de instrumentação médico hospitalar, ópticos e outros* (+11,9%); *fumo* (+11,0%); e *outros equipamentos de transporte* (+8,1%). Os resultados negativos ficaram por conta dos segmentos: *têxtil* (-14,6%); *calçados e artigos de couro* (-10,1%); *vestuário e acessórios* (-4,4%); dentre outros. Estes três últimos foram reflexos do mau desempenho da Região Nordeste que acumulou no ano perda de -24,1%, -13,3% e -12,8%, respectivamente.

Ressalte-se que no estado do Ceará, o segmento de *calçados e artigos de couro* estagnou em março de 2010 e desde então, não conseguiu recuperar-se. Na mesma direção, o segmento de *vestuário e acessórios* vem apresentando retração em sua produção desde dezembro de 2010 e o de *têxtil* desde julho de 2011.

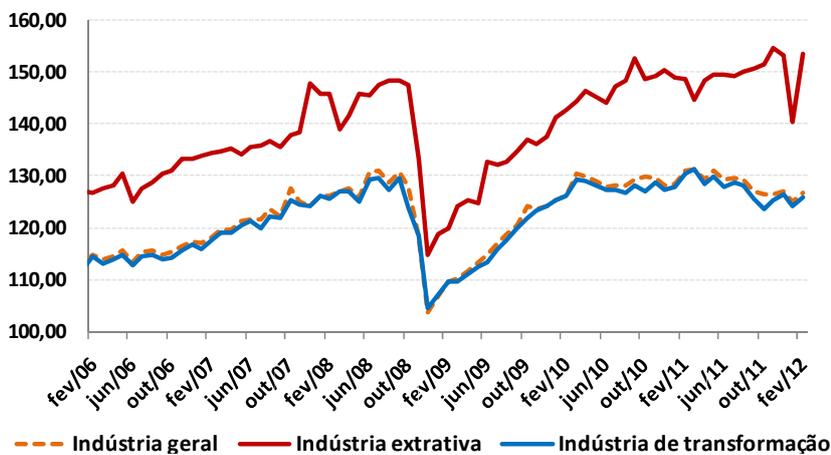


Gráfico 2 – Evolução da Produção Física Industrial no Brasil

Fonte: IBGE

No **Gráfico 2**, percebe-se que a Indústria Extrativa traçou uma trajetória de crescimento em 2011, dando uma freada no final do ano, e recuperando-se em fevereiro de 2012. No entanto, a Indústria de Transformação ao longo de 2011 traçou uma trajetória de expressiva desaceleração, apresentando, em fevereiro de 2012, índices semelhantes aos do início de 2008.

Os indicadores relativos a fevereiro de 2012 confirmam a deterioração da atividade industrial, apresentando o sexto recuo consecutivo do indicador em relação ao mesmo mês do ano anterior. Contra fevereiro de 2011 a retração foi de -3,3%, acumulando perda de -0,8% em doze meses. Os segmentos de *bens de capital* (-11,9%) e o de *bens de consumo duráveis* (-14,7%) foram os que mais influenciaram negativamente, enquanto o segmento de *semiduráveis e não duráveis* apresentou expansão de +1,9%. Os bons resultados deste último estão diretamente relacionados à melhora do segmento de *combustível* (gasolina e álcool hidratado), com incremento da ordem de +14,9%.

Índice de Confiança Industrial Deteriora Diante do Cenário Desfavorável

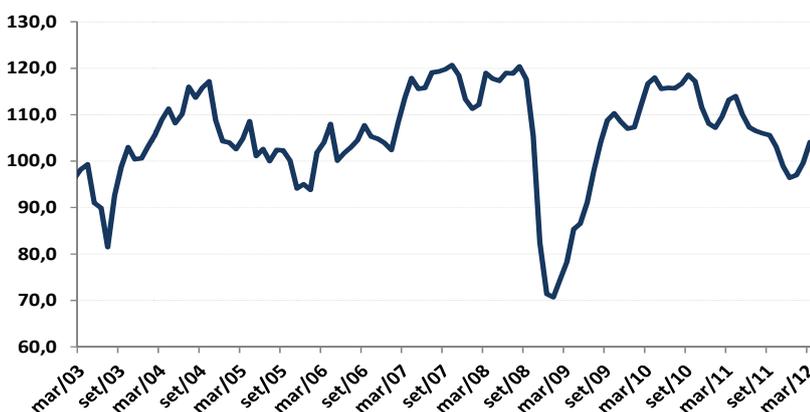


Gráfico 3 – Índice de Confiança da Indústria - Mar/03 a Mar/12

Fonte: FGV

A análise do Índice de Confiança Industrial (ICI) dos três últimos meses de 2012, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exhibe incertezas crescentes quanto à efetividade de investimentos nas plantas industriais existentes. O indicador despencou durante a crise de 2008 e situou-se na média de 110,4 pontos entre julho de 2009 e outubro de 2011.

A média do ICI de novembro 2011 a março de 2012 revela que o índice se encontra em 99,2 pontos, evidenciando a cautela do empresariado diante do cenário desfavorável.

O **Gráfico 3** acima mostra que a partir de abril de 2011 houve uma forte reversão nas expectativas da indústria que em março de 2012, o ICI retomou patamares de março de 2006.

Utilização da capacidade instalada recua para níveis do período da crise de 2009

A Utilização Média da Capacidade Instalada Industrial (UCI) medida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que se situou em 84,0 na média de 2011, recuou no primeiro trimestre de 2012 para 82,7%. Em janeiro, todos os setores, com exceção do segmento de Mecânica, registraram redução de atividade.

O **Gráfico 4** mostra que a UCI do 1º tri/2012 está em seu menor patamar desde o trimestre agosto/outubro de 2009. No mesmo sentido, o segmento de material de construção, que vinha utilizando aproximadamente 90,0% de sua capacidade em 2011, perdeu fôlego no 1º tri/2012 e se aproximou do patamar de julho de 2009, quando a crise internacional atingia fortemente a produção industrial nacional.

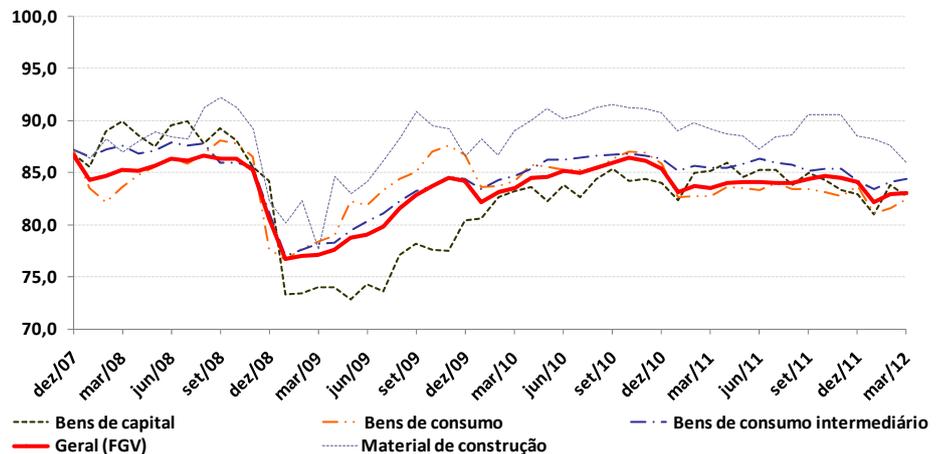


Gráfico 4 - Utilização da Capacidade Instalada Industrial – Geral e Por Categoria de Uso (em %)

Fonte: FGV

Segundo o Boletim Focus do Banco Central (13/04/2012), a Inflação Acumulada do Ano Será 5,08%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou queda no ritmo de crescimento no segundo mês consecutivo: a variação em março de 2012 foi de +0,21% frente à de +0,45% apresentada no mês anterior. Os segmentos de *vestuário* (-0,61%), *artigos de residência* (-0,40%) e *comunicação* (-0,36%) foram os principais responsáveis pelo recuo do Índice. Em contrapartida os segmentos que mais pressionaram o orçamento familiar foram *despesas pessoais*, a *educação* e a *habitação*, registrando variação de, respectivamente, +0,55%, +0,54% e +0,48%. Em relação a março de 2011, o Índice recuou -0,58 pontos percentuais, apresentando acumulado de 12 meses igual a 5,24%, inferior ao período imediatamente anterior (5,85%), **Tabela 3**.

Por outro lado, o Índice Geral de Preços de Atacado - Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou em mar/12 variação de +0,56%, a maior desde set/11, e ante 0,07% em fevereiro. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) registrou elevada variação, apresentando +0,60% contra +0,71% em março de 2011.

Tabela 3 – Evolução do IGP-DI, IPCA e Cesta Básica de São Luís entre jan/12 e mar/12 e diferencial sobre mesmo mês do ano anterior (% ao mês)

| Índice | Inflação | | | | Diferença sobre igual mês de 2011 | | | | |
|---------------------|----------|--------|--------|--------|-----------------------------------|--------|--------|--------|-----------------|
| | 2011 | Jan/12 | Fev/12 | Mar/12 | Jan/12 a Mar/12 | Jan/12 | Fev/12 | Mar/12 | Jan/12 a Mar/12 |
| IGP-DI | 5,0 | 0,30 | 0,07 | 0,56 | 0,93 | -0,08 | -0,68 | -0,89 | -1,64 |
| IPCA | 6,5 | 0,56 | 0,45 | 0,21 | 1,22 | -0,27 | -0,35 | -0,58 | -1,21 |
| Cesta Básica | 3,4 | 0,10 | 1,90 | 1,50 | 6,98 | -1,32 | 0,30 | 0,30 | 6,93 |

Fonte: FGV - IMESC

O Índice de Preço de Atacado (IPA) registrou a segunda maior variação +0,55% em mar/12, diferencial de +0,05 p.p. frente ao mesmo mês do ano anterior, a maior pressão veio dos preços agropecuários com variação de +1,22%. E o Índice de Custo da Construção Civil (INCC) registrou elevação da ordem de +0,51%, sendo dada pelo aumento de +0,51% no custo da mão de obra.

Na capital São Luís, a inflação é medida pela variação da Cesta Básica, calculada pelo IMESC/SEPLAN. Em março de 2012, a Cesta Básica apresentou variação de 1,50%, ante 1,90% no mês anterior. Isso significa que hoje o consumidor ludovicense precisa desembolsar o equivalente a R\$ 199,33 para garantir produtos básicos para sua alimentação. Os itens mais caros em mar/12 foram: feijão (13,7%), café (3,5%) e carne (3,2%). E as quedas mais expressivas podem ser observadas nos preços da manteiga (-4,9%), do tomate (-4,4%) e do leite (-3,5%).

No **Gráfico 5**, percebe-se a maior volatilidade do IGP-DI em relação ao IPCA nos últimos 7 anos. A causa das variações mais pronunciadas dos IGPs relaciona-se ao maior peso das *commodities* e dos preços de atacado Industriais e agrícolas na composição do índice (cerca de 60%), os quais transmitem com maior intensidade as oscilações da demanda doméstica e externa, além de serem mais sensíveis às variações na taxa de câmbio. Na série observada, pode-se ver que as mudanças de tendência do IGP-DI antecedem em geral as mudanças de tendência do IPCA.

Nota-se também, que a partir de fevereiro de 2011 o IGP-DI apresenta forte desaceleração nos preços e a partir de outubro o IPCA acompanha esse percurso.

Credita-se tal fato à deterioração do cenário internacional atrelada à perda de dinamismo da atividade econômica. Por conta disso, o Focus vem rebaixando constantemente a previsão de inflação para este ano. No começo de março a previsão de inflação acumulada era 5,30%, há quatro semanas estava em 5,27% e hoje está na casa de 5,08%.

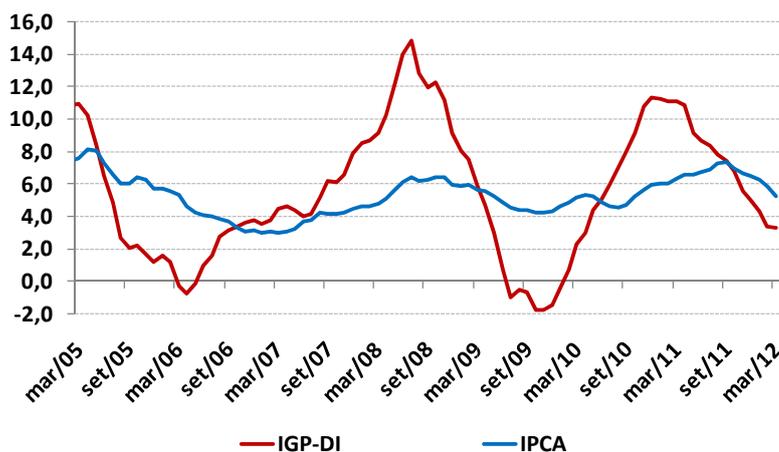


Gráfico 5 – Evolução do IGP-DI e IPCA acumulado de 12 meses (% a.a)

Fonte: FGV/IBGE

Comércio Exterior e Setor Externo

Segundo a **Tabela 4**, o saldo de transações correntes brasileiro registra trajetória de aprofundamento do déficit entre os anos de 2008 e 2011. Apontam-se como principais causas a redução do saldo da balança comercial, (em decorrência da trajetória de valorização do câmbio real efetivo¹ do país, que favorece importações e reduz a competitividade das empresas nacionais) e a ampliação do déficit na conta de Serviços e Rendas (lucros e dividendos, pagamentos de juros e despesas de brasileiros em viagens internacionais). O país apresentou déficit em transações correntes da ordem de 2,16% do PIB em 2011 contra 2,13% em 2010. A continuidade de queda nas cotações das *commodities*, a partir de seus impactos sobre o saldo da balança comercial brasileira, poderá ter fortes impactos na trajetória de deterioração do déficit em contas correntes.

Tabela 4 - Balanço de Pagamentos Brasileiro 2009 a 2012 (US\$ milhões)

| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2011(1 bi) | 2012 (1bi) |
|--------------------------------------|---------|---------|---------|---------|------------|------------|
| TRANSAÇÕES CORRENTES | -28.192 | -24.334 | -47.323 | -52.612 | -9.066 | -8.852 |
| Balança comercial (FOB) | 24.836 | 25.347 | 20.147 | 29.796 | 1.593 | 423 |
| Serviços e Rendas | -57.252 | -52.945 | -70.257 | -85.225 | -11.313 | -3.644 |
| Transferências unilaterais correntes | 4.224 | 3.263 | 2.788 | 2.816 | 654 | 341 |
| CONTA CAPITAL E FINANCEIRA | 29.352 | 70.551 | 99.716 | 111.868 | 26.835 | 10.354 |
| ERROS E OMISSÕES | 1.809 | 434 | -3.292 | -619 | 350 | 270 |
| RESULTADO DO BALANÇO | 2.969 | 46.651 | 49.101 | 58.637 | 18.118 | 1.772 |
| TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB) | -2,19 | -1,35 | -2,13 | -2,16 | -2,32 | -2,15 |

Fonte: Bacen

¹ Taxa de câmbio real efetivo é a taxa de câmbio nominal deflacionada pelo índice de preços doméstico e inflacionada pelo índice de preços dos países parceiros comerciais.

Na comparação bimestral, registrou-se déficit em transações correntes em 2012 de 2,15% do PIB, contra 2,32% em 2011. Em termos absolutos a queda verificada no resultado do balanço de pagamentos no 1º bi de 2012 (US\$ 1.772) em relação a 2011 (US\$ 18.118), ocorreu em parte devido à redução no saldo da conta capital e financeira e também devido à redução verificada no saldo da balança comercial (423 bilhões em 2012 contra 1.593 bilhões).

Partindo de US\$ 35,0 bilhões no acumulado de 12 meses em fevereiro de 2005, o saldo da balança comercial brasileira alcançou US\$ 28,6 bilhões em fevereiro de 2012. Tal redução pode ser explicada pelo crescimento das importações em ritmo superior ao das exportações, tendo em vista a trajetória de valorização da taxa de câmbio (**Gráfico 6**).

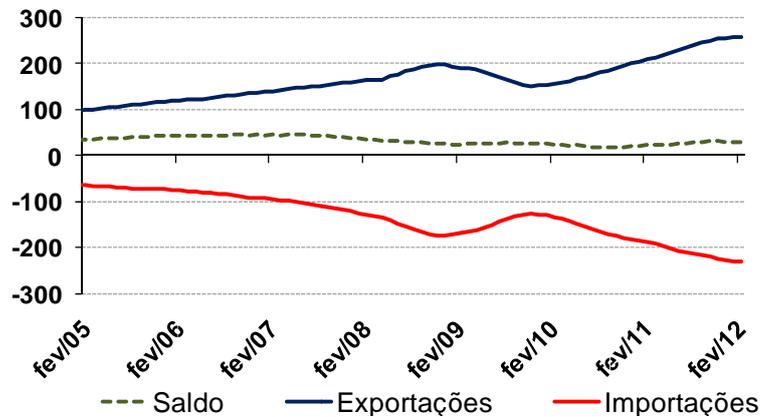
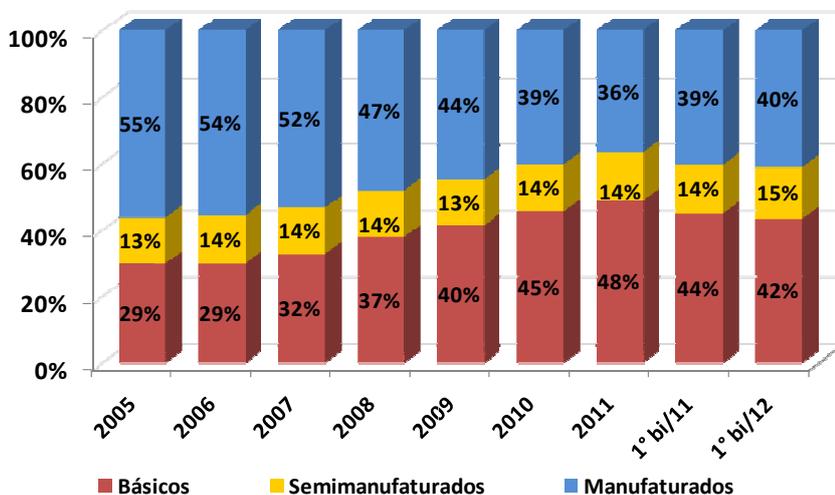


Gráfico 6 - Balança Comercial Brasileira US\$ Bilhões (acumulado de 12 Meses)

Fonte: MDIC

Produtos Básicos Representam 42% da Pauta de Exportações Brasileiras em 2012

O **Gráfico 7** mostra a abertura das exportações brasileiras por fator agregado no Brasil, de 2005 a 2012. Entre 2006 e 2011 o grupamento dos produtos básicos ganhou 13 p.p., tendo alcançado 48% da pauta das exportações brasileiras em 2011 (US\$ 122,4 bilhões). Por outro lado, foram os produtos manufaturados que cederam espaço, tendo diminuído sua participação de 55% em 2005 para 40% em 2011.



A mudança na composição da pauta de exportações em favor dos produtos básicos refletiu a valorização dos termos de troca, causando o direcionamento do uso de fatores produtivos em atividades intensivas recursos naturais. Por outro lado, a valorização cambial, acompanhada da elevação real dos custos ao produtor, foi uma das causas da redução na participação de bens manufaturados.

Gráfico 7 - Exportação Brasileira Por Fator Agregado de 2005 a 2012

Fonte: MDIC

Mercado de Trabalho

Em Dez/2011 o Brasil Obteve a Menor Taxa de Desemprego Desde o Ano 2002

O **Gráfico 8** mostra que a taxa de desemprego aberto do Brasil registrou trajetória de queda ao longo dos últimos 8 anos, tendo alcançado em dezembro de 2011 (4,75%) o patamar mais baixo desde março de 2002, quando a nova metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego -PME do IBGE passou a ser utilizada.

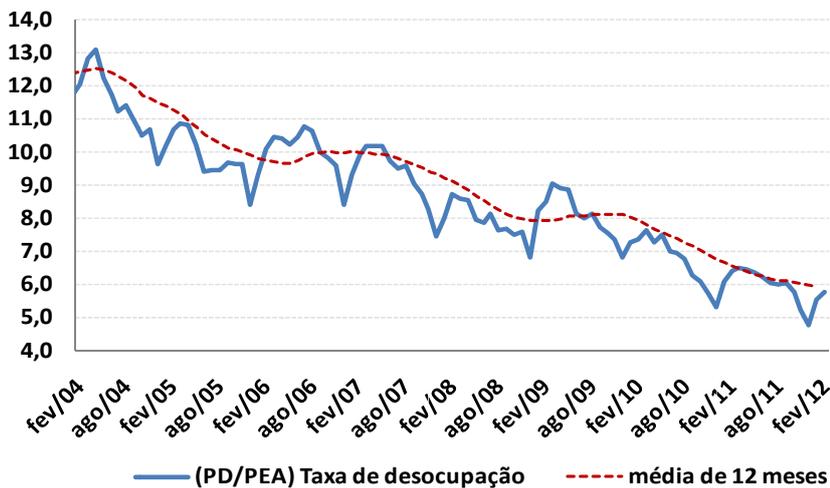


Gráfico 8 - Evolução da Taxa de Desemprego Aberto no Brasil Entre Fev04 e Fev 12

Fonte: IBGE

Em fevereiro de 2012, a taxa de desemprego aberto registrou 5,74% e crescimento de 0.2 p.p em relação ao mês anterior, dentro do padrão de sazonalidade. Já na comparação com o mesmo mês de 2011 houve queda de 0.6 p.p.

Os Rendimentos reais da População Brasileira Ocupada Cresceram 5,5%a.a entre 2003-2011

Segundo o **Gráfico 9**, a massa de rendimentos reais da população ocupada nas principais regiões metropolitanas do país acumulou uma taxa anual média de crescimento de 5,5 % a.a. de 2003 a 2011. Destaque-se que este movimento é resultado da redução do desemprego e da estabilidade monetária desfrutada no período.

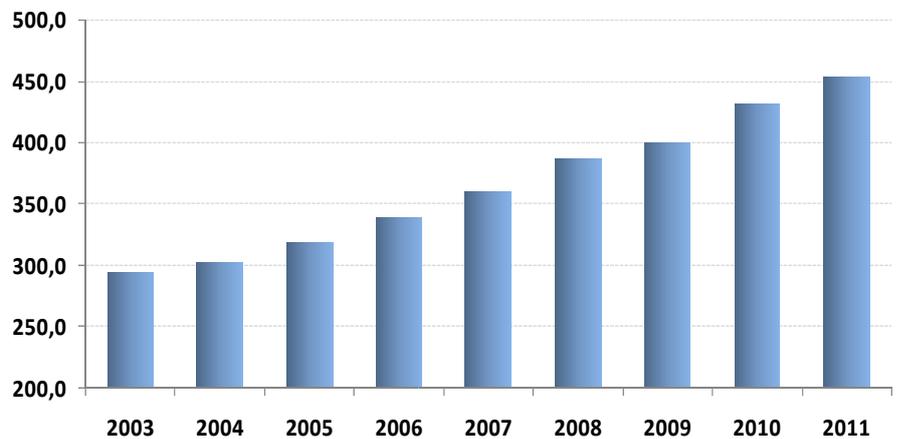


Gráfico 9 – Massa de Rendimentos Reais (Inflacionados pelo INPC) da População Ocupada nas Principais Regiões Metropolitanas Segundo IBGE, de 2003 a 2011

Fonte: PME - IBGE

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED Ajustado², em fevereiro de 2012 foram gerados 150,6 mil empregos formais no Brasil, representando um aumento de 5% contra o mês anterior (**Tabela 7**). No 1º bimestre do ano foram gerados 294,0 mil empregos formais contra 549,2 mil em 2011, uma redução de 46% no saldo de contratações.

Finanças Públicas

No Primeiro Bimestre de 2012, o Resultado Primário do Governo Central foi 52,0%. Todavia, Ainda é Cedo para Crer que Será um Ano com um Bom Resultado Fiscal

Antes da discussão do Resultado Primário do Governo, considera-se necessários alguns esclarecimentos conceituais. O **Resultado Primário do Governo Central (RP)** é o resultado da arrecadação do governo menos os gastos, *exceto juros da dívida*. Grosso modo, é a geração de caixa do governo - a economia para reduzir o endividamento. O Resultado primário positivo (superávit) mostra contas sob controle e mostra que a dívida não seguirá uma trajetória explosiva. Já o **Resultado Nominal do Governo Central (RN)** equivale à

² CAGED Ajustado- Registra o saldo de contratações celetistas incorporando declarações entregues fora do prazo legal. A incorporação dos dados ajustados pode ocorrer até 12 meses após o período de referência.

arrecadação de impostos menos os gastos, *incluindo os juros da dívida*. É a medida mais completa, já que o número representa a total Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). Ao apresentar um déficit nominal, o governo terá que se financiar com a colocação de títulos públicos. E, para sinalizar a manter a solvência de longo prazo do setor público brasileiro é indispensável manter um **Ajuste Fiscal** (aumento das receitas e redução dos gastos). O Brasil logrou implementar um forte ajuste fiscal no período 1999 - 2008, e não existe ajuste fiscal indolor. Mas a forma como vem sendo obtido o ajuste brasileiro tem certamente penalizado o crescimento da economia, na medida em que baseado principalmente no aumento da carga tributária e em uma combinação de expansão de gastos correntes com compressão de investimentos públicos, este último é o tipo de gasto menos protegido nos orçamentos públicos. Melhorar a qualidade do ajuste fiscal é uma tarefa indispensável para a retomada do crescimento sustentado da economia brasileira.

Feitas essas considerações, apresenta-se, na **Tabela 5**, uma síntese do RP do ano de 2010 ao primeiro bimestre de 2012. Observa-se que em 2011 o RP teve um crescimento real de +13,1% em relação a 2010, a Receita total cresceu +1,1% e a Despesa Total decresceu -2,9% - o que sinaliza que no primeiro ano de governo, a equipe liderada pela presidenta Dilma Rousseff conseguiu reverter a trajetória de deterioração das contas públicas observada no final do governo anterior, em parte como resultado do esforço para compensar os impactos da crise internacional.

Todavia, os dados mostram que o ajuste fiscal atingiu diretamente os investimentos, pois o que mais contribuiu para a redução das Despesas do Tesouro (-6,2%) não foi a rubrica *Pessoal e Encargos Sociais* (+1,1%), foi sim a rubrica *Outras Despesas de Capital* (-5,3%). E, é nesta última que se encontram as despesas com investimentos.

Tabela 5 – Resultado Primário e Nominal do Governo Central (Em R\$ Milhões – Valores Constantes Inflacionados pelo IGP-DI acumulado até o Fevereiro de 2012)

| Descrição | Em R\$ Milhão | | | | Em % | |
|--|-----------------|-----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | 2010 | 2011 | 1° bi/11 | 1° bi/12 | 2011/ 2010 | 2012/ 2011* |
| I. RECEITA TOTAL | 983.185 | 994.073 | 163.199 | 180.202 | 1,1 | 10,4 |
| Receitas do Tesouro | 753.923 | 744.041 | 126.786 | 141.368 | -1,3 | 11,5 |
| Receitas da Previdência Social | 226.582 | 246.802 | 36.075 | 38.400 | 8,9 | 6,4 |
| Receitas do Banco Central | 2.680 | 3.229 | 338 | 434 | 20,5 | 28,3 |
| II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS | 150.377 | 173.122 | 32.468 | 33.813 | 15,1 | 4,1 |
| III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL | 832.808 | 820.951 | 130.731 | 146.389 | -1,4 | 12,0 |
| IV. DESPESA TOTAL | 748.604 | 727.085 | 113.428 | 120.090 | -2,9 | 5,9 |
| Despesas do Tesouro | 466.442 | 437.724 | 69.990 | 72.780 | -6,2 | 4,0 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 177.964 | 179.941 | 30.228 | 30.544 | 1,1 | 1,0 |
| Custeio e Capital | 288.478 | 257.783 | 39.762 | 42.236 | -10,6 | 6,2 |
| Outras Despesas de Custeio e Capital | 182.999 | 188.391 | 30.144 | 30.057 | 2,9 | -0,3 |
| Outras Despesas de Custeio | 132.645 | 140.715 | 20.443 | 20.435 | 6,1 | 0,0 |
| Outras Despesas de Capital | 50.354 | 47.676 | 9.702 | 9.623 | -5,3 | -0,8 |
| Benefícios Previdenciários | 272.429 | 282.480 | 42.627 | 46.549 | 3,7 | 9,2 |
| Transferências do Tesouro ao Banco Central | 1.242 | 2.136 | 295 | 345 | | |
| Despesas do Banco Central | 3.236 | 3.783 | 517 | 415 | 16,9 | -19,6 |
| V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL | - | - | - | - | - | - |
| VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL | 82.721 | 93.520 | 17.304 | 26.299 | 13,1 | 52,0 |
| Tesouro Nacional | 128.307 | 129.617 | 24.034 | 34.429 | 1,0 | 43,3 |
| Previdência Social (RGPS) | -45.040 | -35.546 | -6.552 | -8.149 | -21,1 | 24,4 |
| Banco Central | -546 | -552 | -178 | 19 | 1,0 | -110,6 |
| VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB (em %) | 2,1 | 2,3 | 2,6 | 3,1 | - | - |
| VIII. JUROS NOMINAIS¹¹ | -133.093 | -181.221 | -28.153 | -18.049 | 36,2 | -35,9 |
| IX. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VI+VIII)¹¹ | -48.942 | -87.842 | -11.263 | 2.184 | 79,5 | -119,4 |

* 1° Bimestre ¹ Inflacionado pelo IGP-DI ¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil
Fonte: STN

No que se refere às Transferências para os Estados e Municípios, 2011 foi um ano com um aumento significativo nos repasses - crescimento de +15,1% em relação ao ano de 2010.

No primeiro bimestre de 2012, o Resultado Primário do Governo Central foi 52,0% (valores constantes, inflacionados pelo IGP-DI) maior que o mesmo período do ano passado. Essa evolução reflete o aumento de 11,5% nas Receitas do Tesouro, 6,4% da Previdência Social e 28,3% nas Receitas do banco Central. Todavia, ainda é cedo para crer que será um ano com um bom resultado fiscal.

A Receita Total fechou o bimestre com crescimento de 10,4%, impulsionada, sobretudo, pelo superávit de 11,5% nas Receitas do Tesouro. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial. (STN, 2012)

As Despesas Totais registraram elevação real de +5,9%, decorrente do aumento de +6,2% na rubrica *Custeio e Capital*. Há que se destacar que na rubrica *outras despesas de capital*, onde se concentram os gastos com investimentos, houve redução de -0,8%. As Transferências aos Estados e Municípios (+4,1%) continuaram crescendo, mas em um ritmo bem inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior.

A meta fiscal do Governo Central para o quadrimestre é de R\$ 27,6 bi, sendo que o realizado no primeiro bimestre já representa 65,3% desse total.

O Resultado Nominal, que representa a Necessidade de Financiamento do Setor Público e indica, efetivamente, o montante de recursos que o setor público necessitou captar junto ao sistema financeiro, o setor privado e o resto do mundo para a realização de suas despesas orçamentárias, fechou o ano de 2011 superavitário (R\$ -28,2 bilhões), mas começa deficitário (R\$ +2,2 bi) - um resultado positivo significa déficit e um resultado negativo significa superávit.

CENÁRIO ESTADUAL

Produção Agrícola

Os dados do Levantamento Sistemático de Produção Agrícola – LSPA revelam que a safra 2010/ 2011 do Estado do Maranhão teve incremento de 4,6% de área plantada em relação à safra anterior, alcançando uma produção de 7,6 milhões de toneladas. Os resultados mais significativos advieram das expressivas expansões de área plantada nas culturas de algodão (28,6%), feijão (15,6%) e de soja (7,7%) enquanto a área de cana-de-açúcar encolheu 3,3%, acompanhando o mesmo movimento observado no plano nacional, que registrou redução de 6,7%.

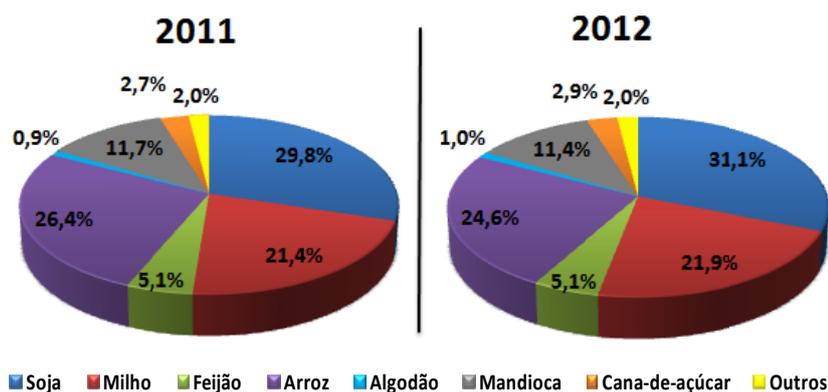


Gráfico 10 - Composição da Área Plantada no Maranhão por Principais Culturas (Safras 2011/10 e 2012/11)

Fonte: LSPA/GCEA/IBGE

As projeções para a safra 2011/2012 são de elevação da ordem de 0,4% de área plantada e de 10,6% da produção. As culturas de algodão, cana-de-açúcar e soja são os principais destaques, com incremento de, respectivamente, 11,2%, 6,2% e 4,9% de área plantada, em detrimento de perdas na área das culturas de arroz e mandioca.

O Gráfico 10 evidencia o ganho de participação das culturas de soja, milho na área de lavoura no Estado, em simultâneo à perda de área das culturas de mandioca e arroz.

Comércio

O Índice de Volume de Vendas (valores dessazonalizado) do IBGE divulgados em março de 2012 revelou que o Comércio Varejista Maranhense obteve expansão de 1,8% em fevereiro. A comparação contra o mesmo mês do ano anterior apontou expansão real da ordem de 13,0%, e acumula 9,6% de crescimento em

doze meses. Na contramão, o índice de volume de vendas nacional recuou 0,5% em relação a dezembro, mas apresentou incremento de 8,2 em relação a fevereiro de 2011.

O **Gráfico 11** mostra que após fevereiro de 2007 o volume de vendas do comércio maranhense teve uma forte desaceleração encerrando 2009 com recuo de 4,8%. No mesmo período, o Brasil registrou incremento de 6,1%.

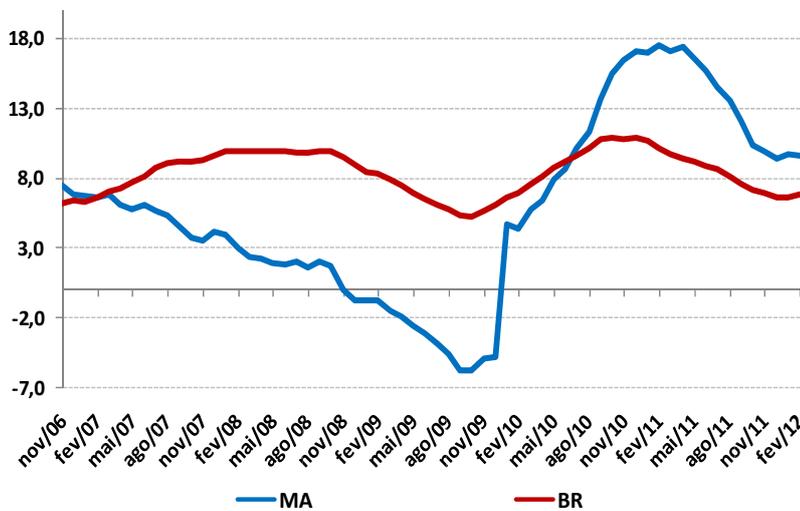


Gráfico 11 – Evolução do Volume de Vendas do Maranhão e do Brasil - Nov/06 a Fev/12 (12 meses)

Fonte: IBGE

Somente a partir de janeiro de 2010 o Estado eleva suas taxas de crescimento e em julho de 2010 ultrapassa o nível nacional, mantendo-se com expansão acima deste. No entanto, percebe-se que a partir de março de 2011 o comércio do brasileiro começa a reduzir o seu ritmo de expansão, o que é perceptível no nível estadual a partir de maio de 2011.

Em janeiro de 2012, o índice de Receita Real do Comércio apresentou expansão de 1,6% em relação a dezembro de 2011. Na comparação com janeiro de 2011 o crescimento real foi de 5,4% e em doze meses o indicador acumula expansão de 14,3%.

As perspectivas são de continuidade do bom desempenho do comércio diante dos impactos positivos provocados pelo reajuste do Salário Mínimo em 13,7% em 2012 e pelo aumento de confiança dos consumidores.

É importante ressaltar que em janeiro de 2012 a PMC sofreu alterações em sua metodologia, sendo as mais importantes: a adoção da média de 2011, como período de referência; ampliação do número de empresas pesquisadas e incorporação da nova estrutura de pesos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Financiamento Imobiliário

Volume de Recursos para Aquisição de Imóveis Cresceu 59,6% em Termos Reais em 2011

Os dados apresentados pelo Sistema Brasileiro de Pagamentos e Empréstimos - SBPE revelam que em 2011 o volume de recursos liberados ao Estado do Maranhão para aquisição de imóveis chegou ao patamar de R\$ 454,5 milhões (valores corrigidos pelo INPC acumulado até janeiro de 2012), o que corresponde a um aumento de 59,6% quando comparado ao ano imediatamente anterior (**Tabela 6**).

A concessão de financiamentos imobiliários no Maranhão em janeiro de 2012 registrou incremento de 71,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, em relação ao mês anterior houve recuo de 6,6%, movimento acompanhado pelo Nordeste (-7,7%) e no nível nacional (- 15,9%).

Tabela 6 - Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (Valores Constantes em R\$ Milhões Inflationados pelo INPC)

| Ano | Total | | | Part. (%) | |
|------------------|-------|---------|----------|-----------|------|
| | MA | NE | BR | NE | BR |
| 2007 | 60,6 | 857,5 | 10.198,1 | 7,06 | 0,59 |
| 2008 | 93,1 | 1.317,6 | 14.676,2 | 7,06 | 0,63 |
| 2009 | 170,9 | 2.107,9 | 20.444,7 | 8,11 | 0,84 |
| 2010 | 284,8 | 3.463,9 | 34.619,1 | 8,22 | 0,82 |
| 2011 | 454,5 | 4.718,8 | 45.697,9 | 9,63 | 0,99 |
| jan/11 | 25,1 | 298,7 | 2.951,2 | 8,42 | 0,85 |
| jan/12 | 43,2 | 434,5 | 3.848,8 | 9,94 | 1,12 |
| % a.a. (07 a 11) | 65,5 | 53,2 | 45,5 | - | - |
| 2011/2010 | 59,6 | 36,2 | 32,0 | - | - |
| Jan12/ Jan11 | 71,8 | 45,5 | 30,4 | - | - |

Fonte: SBPE/Bacen

Inadimplência

Nordeste Passa a Liderar o Ranking dos Estados que mais Emitem Cheques Sem Fundos

O indicador do Serasa Experian, relativo a janeiro de 2012, revelou uma redução na emissão de cheques sem fundos no Estado do Maranhão da ordem de 7,5%, quando comparado com o mês imediatamente anterior. Tal movimento foi acompanhado pelo Brasil, que apresentou recuo de 6,2%, em contraste com o Nordeste, que registrou expansão de 3,2%. Na base de comparação contra o mesmo mês do ano anterior as três esferas registraram expansão de, respectivamente, 33,2%; 13,5% e 18,4%.

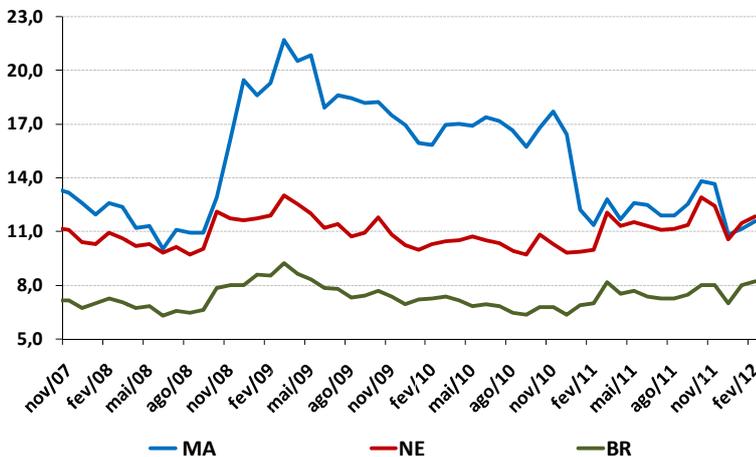


Gráfico 12 – Cheques Sem Fundos MA, NE e BR (Nov/07 a Fev/12 em % do Total)

Fonte: Serasa Experian

No **Gráfico 12**, nota-se que o Maranhão saiu do alto nível de inadimplência em que se encontrava entre fevereiro de 2009 e dezembro de 2010, o que pode sinalizar maiores compromissos, por parte das empresas, na quitação desses cheques. A partir de fevereiro 2011 o Estado passou a acompanhar o movimento do Nordeste, registrando nos últimos doze meses redução de 9,7% na emissão de cheques sem fundos. No entanto, a ponta do gráfico mostra um recrudescimento na emissão de cheques sem fundos nas três esferas.

Endividamento dos Consumidores Mantém-se em Patamar Elevado no País

A Pesquisa da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do estado do Maranhão – FDCL/MA e a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC mostram que o endividamento do consumidor continua em patamares elevados no conjunto das capitais brasileiras e ainda mais elevado em São Luís. O descontrole financeiro é reflexo, principalmente, da grande oferta de crédito atrelada às ainda elevadas taxas de juros ao consumidor praticadas no país. Em São Luís, nossa hipótese é que a inexperiência dos consumidores na utilização do cartão de crédito constitui-se em agravante, visto que tal instrumento concentra mais de 70% das dívidas dos consumidores pesquisados.

O **Gráfico 13** mostra que enquanto o conjunto das capitais brasileiras apresentou retração no endividamento médio dos consumidores de 2,4%, a capital ludovicense registrou recuo de 0,87%. Por outro lado, nota-se esta última apresentou um nível de endividamento superior à média das capitais brasileiras e 4,7% acima do registrado em fevereiro de 2011.

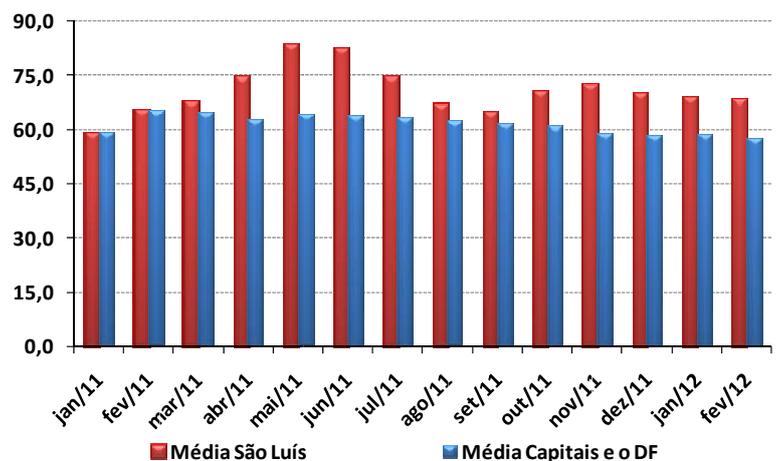
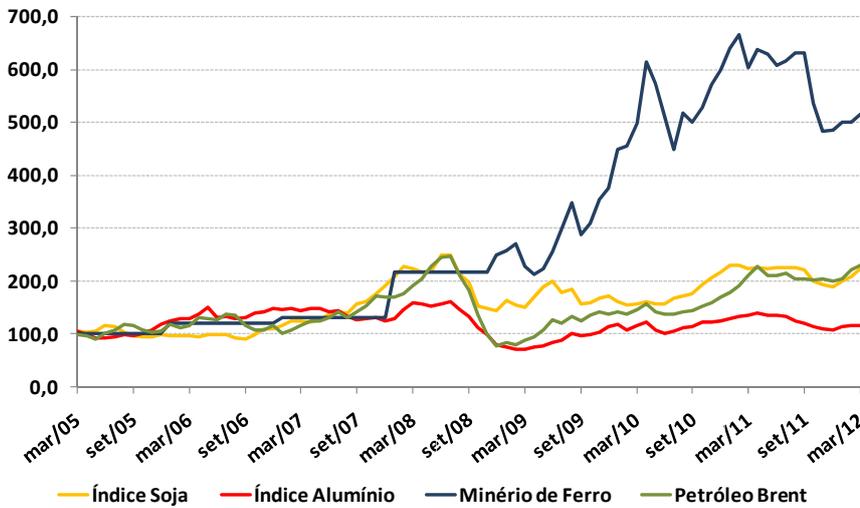


Gráfico 13 - Endividamento Médio dos Consumidores Ludovicenses e dos Consumidores das 26 Capitais e do Distrito federal (Jan/11 a Fev/12)

Fonte: FCDL/BNB E CNC

Setor Externo

O **Gráfico 14** mostra a ocorrência de dois ciclos de valorização das *commodities*. O primeiro corresponde ao período que vai de 2005 até antes da crise de 2008. O segundo, menos intenso, deu-se a partir de 2009 até o 1º quadrimestre de 2011. O minério de ferro foi a *commodity* que mais se valorizou nos últimos sete anos, embora venha apresentando tendência de desvalorização nos últimos doze meses.



No que se refere ao alumínio, após a crise de 2008 o produto chegou a valores abaixo dos verificados na média do ano base. Tendo, a partir desse ponto oscilado próximo à média de 2005

A cotação da soja até 2008 se beneficiou de fatores, como o aumento da demanda mundial frente à relativa inelasticidade na produção. Entre março de 2010 e março de 2011, registra-se bom ritmo de crescimento e já a partir do último trimestre de 2010, manteve-se praticamente em 100% de valorização contra a média de 2005.

Gráfico 14 - Série dos Índices de Preços das Principais Commodities da Balança Comercial Maranhense e do Petróleo Brent (2005 = 100)

Fonte: Index Mundi

No **Gráfico 15** pode-se observar, de acordo com as cotações futuras da bolsa de *commodities* Chicago Merchantile Exchange, que a soja custará em novembro de 2012 US\$ 500,3/Ton. e o petróleo Brent estará custando US\$ 118,3/Barril.

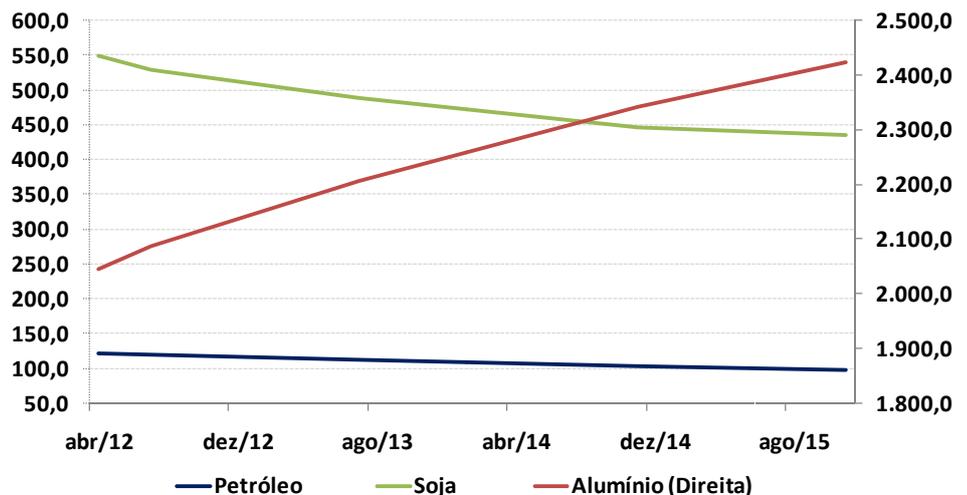


Gráfico 15 - Cotações Futuras do Petróleo Brent (US\$/Barril), Soja (US\$/Ton.) e Alumínio (US\$/Ton.) Até Agosto de 2015

Fonte: Chicago Merchantile Exchange; London Merchantile Exchange

De acordo com o **Gráfico 15**, a soja deverá alcançar valorização de 17% na comparação com novembro de 2011. Já o segundo deve alcançar valorização de 7% em relação ao mesmo mês de 2011. No horizonte de longo prazo, de abril de 2012 à novembro de 2015, deve haver diminuição de 21% nos preços do primeiro e também de 19% no segundo. Por sua vez, o preço do Alumínio que está sendo cotado em abril de 2012 à US\$ 2.046,0/Ton. deve registrar queda de 23% em relação a abril de 2011. Já na comparação com novembro de 2015, esse produto deve registrar variação positiva de 18%, sendo cotado à US\$ 2.423,0/Ton.

Pode-se observar no **Gráfico 16**, que ocorreu uma forte expansão das importações maranhenses entre os anos de 2006 e 2011. Apesar da sensível recuperação do saldo da balança comercial no ano 2009 (em grande parte decorrente da redução na importação de combustíveis), verificou-se em 2011 que o déficit da balança comercial triplicou de 2010 para 2011. O total de importações dobrou nos últimos cinco anos, deixando o saldo da balança comercial negativo em US\$ 3,2 bilhões em 2011. Já o acumulado de doze meses até março indica déficit de 4,2 bilhões.

Nos dois primeiros meses de 2012, o Maranhão importou US\$ 1.264 milhões enquanto que no mesmo período do ano anterior esse registro foi de US\$ 446,3 milhões.

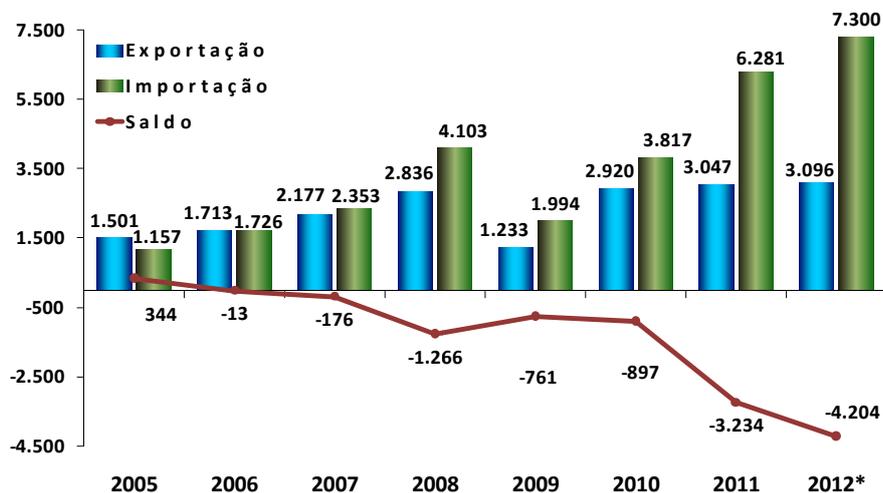
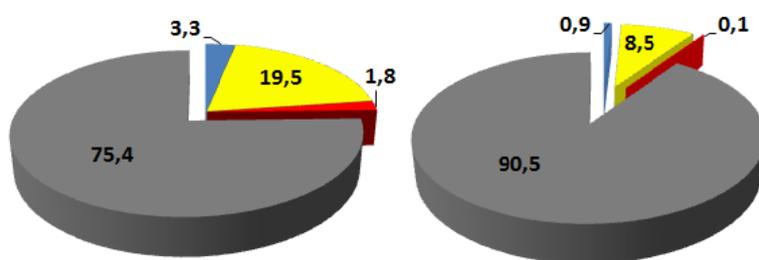


Gráfico 16 - Balança Comercial do Estado do Maranhão - 2005 a 2012 (Em Milhões US\$)

Fonte: MDIC * Acumulado de 12 meses



■ Bens de Capital ■ Bens Intermediários ■ Bens de Consumo ■ Combustíveis e Lubrificantes

Gráfico 17 – Composição das Importações Maranhenses (Em %) por Categorias de Uso - 1º Bi/11 e 1º Bi/12

Fonte: MDIC

O Gráfico 17 mostra que o grupo dos combustíveis e lubrificantes (US\$ 1.144 milhões), foi responsável por 90,5% das importações maranhenses neste 1º bimestre. Já os bens intermediários diminuíram sua participação de 19,5% no período de 2011 para 8,5% em 2012.

Conforme a Tabela 6, o Maranhão exportou um valor total de US\$ 3,0 bilhões em 2011, um avanço de 4,3% na comparação com 2010. Por sua vez, em termos de quantum foi verificada redução de 60,6% considerando o mesmo período de referência, em razão da diferença percebida no complexo ferro, tendo ocorrido a substituição do *minério de ferro não aglomerado*, um produto de menor valor agregado, por *ferro fundido bruto* e *minério de ferro aglomerado*, que contêm maior agregação de valor.

Tabela 6 – Composição das Exportações Maranhenses por Principais Categorias de Produtos em Valor (US\$) e Quantidade (1.000 Kg) - Total em US\$ Milhões, % do Total e Crescimento (% a.a.)

| Categoria de Produtos | 2010 | | 2011 | | *2011 | | *2012 | | Cresc 11/10 (%) | | *Cresc 12/11 (%) | |
|-----------------------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|--------------|------------------|-------------|
| | US\$ | Kg | US\$ | Kg | US\$ | Kg | US\$ | Kg | US\$ | Kg | US\$ | Kg |
| Total | 2.920 | 24.300 | 3.047 | 9.562 | 360 | 1.312 | 352 | 1.309 | 4,3 | -60,6 | -2,2 | -0,3 |
| Total | 1.709 | 21.506 | 1.269 | 5.786 | 217 | 993 | 183 | 899 | -25,8 | -73,1 | -15,8 | -9,4 |
| Complexo ferro | 699 | 1.648 | 984 | 2.441 | 120 | 314 | 137 | 388 | 40,9 | 48,1 | 14,2 | 23,6 |
| Complexo alumínio | 412 | 1.042 | 598 | 1.242 | 0 | 0 | 0 | 0 | 45,1 | 19,2 | - | - |
| Outros | 100 | 103 | 197 | 94 | 23 | 5 | 32 | 21 | 96,0 | -8,9 | 41,1 | 329,9 |
| Participação no Compl. (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -25,8 | -73,1 | -15,8 | -9,4 |
| Complexo Ferro | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -25,8 | -73,1 | -15,8 | -9,4 |
| Minerios de ferro aglomerados | 40,7 | 20,4 | 65,6 | 84,7 | 60,1 | 80,3 | 56,1 | 80,3 | 19,6 | 11,7 | -21,3 | -9,5 |
| Ferro fundido bruto não ligado | 13,9 | 2,7 | 34,4 | 15,3 | 39,9 | 19,7 | 43,9 | 19,7 | 82,9 | 51,2 | -7,5 | -9,2 |
| Min. de ferro não aglomerados | 45,3 | 76,9 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Complexo Alumínio | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 40,9 | 48,1 | 14,2 | 23,6 |
| Alumina calcinada | 60,4 | 92,4 | 79,0 | 96,6 | 79,5 | 97,0 | 80,3 | 96,8 | 84,1 | 54,8 | 15,3 | 23,4 |
| Alum. não ligado em forma bruta | 29,9 | 5,8 | 18,8 | 3,1 | 15,5 | 2,4 | 17,9 | 2,9 | -11,2 | -22,0 | 32,4 | 52,4 |
| Ligas de alumínio em forma | 9,7 | 1,7 | 2,2 | 0,3 | 5,0 | 0,7 | 1,7 | 0,3 | -68,3 | -73,9 | -60,5 | -52,2 |

Fonte: MDIC *jan-fev

No mesmo período de comparação, o complexo do alumínio registrou crescimento de 40,9% no valor das

exportações e 48,1% no *quantum* exportado. Neste caso, registra-se tendência inversa ao observado no complexo ferro – uma tendência à diminuição do valor agregado. A *alumina calcinada* registra participação cada vez maior nos embarques do complexo – o produto representou 68,4% dos embarques em 2008 e 96,6% em 2011.

No 1º bimestre de 2012 registrou-se queda de 2,2% no valor exportado em relação ao mesmo período de 2011, principalmente em razão do complexo ferro, cujo produto *minério de ferro aglomerado* sofreu redução de 21,3% nas vendas externas, em comparação com o 1º bimestre de 2011.

Mercado de Trabalho

Maranhão Registrou a 5ª Colocação da Região Nordeste na Geração de Empregos

Analisando-se os indicadores regionalizados do mercado formal de trabalho, vê-se que ocorreu aumento de emprego em todas as grandes regiões, com exceção do Nordeste que, por motivos sazonais, ligados em especial às atividades sucroalcooleiras, apresentou queda de 9,6 mil empregos celetistas em fevereiro.

Tabela 7 – Saldo de Emprego Formal por Localidades Seleccionadas, Ordenado pelo 1º Bi/12, Brasil, Grandes Regiões e MA - Segundo CAGED Ajustado

| Localidade | Jan/12 (a) | Fev/12 (b) | 1º Bimestre | | (d - c) | Crescimento (%) | |
|------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| | | | 2011 (c) | 2012 (d) | | (b / a) | (d/c) |
| Brasil | 143.387 | 150.600 | 549.242 | 293.987 | -255.255 | 5,0 | -46,5 |
| 1º Sudeste | 55.833 | 93.266 | 280.466 | 149.099 | -131.367 | 67,0 | -46,8 |
| 2º Sul | 46.700 | 39.522 | 119.282 | 86.222 | -33.060 | -15,4 | -27,7 |
| 3º Centro-Oeste | 27.573 | 23.457 | 77.903 | 51.030 | -26.873 | -14,9 | -34,5 |
| 4º Norte | 2.276 | 3.965 | 31.526 | 6.241 | -25.285 | 74,2 | -80,2 |
| 5º Nordeste | 11.005 | -9.610 | 40.065 | 1.395 | -38.670 | -187,3 | -96,5 |
| 1º Bahia | 8.963 | -1.619 | 21.415 | 7.344 | -14.071 | -118,1 | -65,7 |
| 2º Sergipe | 1.990 | 1.284 | 5.036 | 3.274 | -1.762 | -35,5 | -35,0 |
| 3º Ceará | -2.339 | 3.667 | 7.512 | 1.328 | -6.184 | -256,8 | -82,3 |
| 4º Piauí | 448 | 224 | 1.289 | 672 | -617 | -50,0 | -47,9 |
| 5º Maranhão | -229 | -811 | 2.864 | -1.040 | -3.904 | 254,1 | -136,3 |
| 6º Pernambuco | 2.567 | -3.844 | 1.663 | -1.277 | -2.940 | -249,7 | -176,8 |
| 7º Paraíba | 314 | -3.137 | -3.168 | -2.823 | 345 | -1.099,0 | -10,9 |
| 8º Rio Grande do Norte | -695 | -2.212 | -613 | -2.907 | -2.294 | 218,3 | 374,2 |
| 9º Alagoas | -14 | -3.162 | 4.067 | -3.176 | -7.243 | 22.485,7 | -178,1 |

Fonte: M.T.E - CAGED

Em termos absolutos, verificou-se o seguinte comportamento: Sudeste (93,3 mil), Sul (39,5 mil), Centro-Oeste (23,6 mil) e Norte (4,0 mil). A redução do emprego na região Nordeste pode ser atribuída, preponderantemente, ao comportamento negativo do emprego nos em Pernambuco (-3,8 mil), Alagoas (-3,1 mil) e Paraíba (-3,1 mil).

O **Gráfico 18** mostra a composição setorial no saldo de contratações no 1º bimestre de 2012 e 2011, segundo a qual todos os setores registraram redução de saldo em termos absolutos. Mesmo sofrendo as maiores perdas, o grupamento de Serviços (164,1 mil empregos) manteve-se como o setor que mais gera empregos formais no 1º bimestre de 2012.

Em seguida aparece a Construção Civil, com saldo de 77,3 mil empregos celetistas, contra 83,7 no mesmo período de 2011. A Indústria de Transformação acumulou 58.789 contratações formais líquidas em 2012, uma redução de 53,7% contra o mesmo período de 2011. Ao responder por 20,0% do total de empregos formais gerados esse setor foi o terceiro que mais contratou no período de referência.

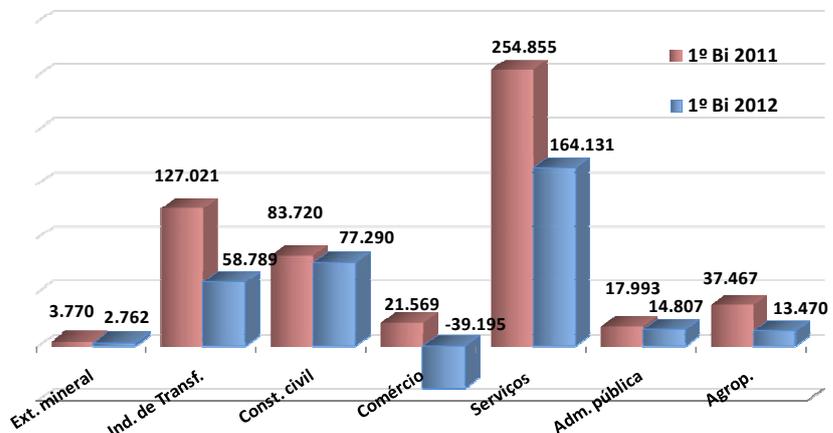


Gráfico 18 – Saldo de Contratações Formais por Setores de Atividade no Brasil – 1º Bi/11 e 1º Bi/12 - Segundo CAGED Ajustado

Fonte: CAGED

Mercado de trabalho maranhense registra fraco desempenho no primeiro bimestre de 2012, em grande parte devido ao desempenho da agropecuária e dos serviços

Segundo mostra a **Tabela 8**, o Maranhão registrou saldo negativo de 811 contratações formais no mês de fevereiro. Na soma dos dois primeiros meses o Estado obteve o 5º lugar na geração de empregos na região nordeste, tendo acumulado 1.040 demissões líquidas, enquanto no mesmo período de 2011 registrou 2.864 contratações líquidas. O líder em contratações no primeiro bimestre do ano foi o setor de Serviços que gerou 1.269 empregos. Em segundo lugar, aparece o Comércio (955), seguido da Indústria de Transformação (146). Por outro lado, ocorreram demissões líquidas nos subsetores da Indústria extrativa mineral (34), Construção Civil (3.067) e Agropecuária (270).

Na comparação com 1º bimestre de 2011, a Agropecuária, seguida dos Serviços, registrou o pior resultado entre os setores em termos de saldo de empregos formais. A primeira registrou variação absoluta negativa de 1,8 mil no saldo devido à redução de postos de trabalho formais no subsetor de produção florestal. O segundo registrou variação absoluta negativa de 1,5 mil no saldo de contratações por causa do mau desempenho das atividades de tele atendimento e de transporte ferroviário.

O modesto desempenho da indústria de transformação do Estado no 1º bimestre de 2012, na comparação com o mesmo período de 2011, ocorreu em virtude da reversão do saldo de contratações líquidas na Indústria química - de 563 contratações líquidas para 59 desligamentos líquidos. Além disso, também influenciou no resultado a redução nas contratações da produção de ferro gusa no Maranhão, que registrou saldo de 36 contratações nos dois primeiros meses de 2012, contra 390 no mesmo período de 2011, como reflexo da redução do crescimento econômico dos principais países de destino das exportações da *commodity* maranhense.

Tabela 8 - Evolução do Mercado de Trabalho Formal no Maranhão Segundo Subsetores de Atividade (2008 a 2012) – Série CAGED Ajustado

| Subsetores de atividade | Saldo de Empregos Celetistas (CAGED) | | | | Estoque (RAIS) 2010 | Fluxo (Jan-Fev) | | Variação Absoluta (b - a) | Cresc. (%) (b/a) |
|--|--------------------------------------|---------------|-------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 ¹ | 2011 ² | | 2011 ³ (a) | 2012 ⁴ (b) | | |
| Extrativa mineral | -121 | 368 | 417 | 96 | 1.649 | 55 | -34 | -89 | -162 |
| Indústria de Transformação | 3.138 | 546 | 2.830 | 2.249 | 35.947 | 1.145 | 146 | -999 | -87 |
| Ind. metalúrgica | -371 | -1.020 | 287 | 894 | 5.031 | 414 | 54 | -360 | -87 |
| Ind. mecânica | 1.027 | 194 | 155 | 122 | 1.464 | 45 | 71 | 26 | 58 |
| Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, | 29 | 71 | 67 | -23 | 1.245 | -19 | 39 | 58 | -305 |
| Ind. química de prod.s farmacêuticos, vet., perf. | 1.195 | 1.010 | -229 | 243 | 5.329 | 563 | -79 | -642 | -114 |
| Ind. de alimentos e bebidas | 993 | -464 | 1.068 | 409 | 8.861 | 83 | 84 | 1 | 1 |
| Outras Indústrias | 265 | 755 | 1.482 | 604 | 14.017 | 59 | -23 | -82 | -139 |
| S.I.U.P.⁵ | 275 | 161 | -10 | 183 | 6.400 | 80 | -58 | -138 | -173 |
| Construção civil | 11.628 | -1.526 | 12.970 | -246 | 59.688 | -3.995 | -3.067 | 928 | -23 |
| Comércio | 8.277 | 6.503 | 13.333 | 8.293 | 118.404 | 1.454 | 955 | -499 | -34 |
| Comércio varejista | 6.022 | 4.915 | 11.073 | 6.883 | 98.614 | 743 | 562 | -181 | -24 |
| Comércio atacadista | 2.255 | 1.588 | 2.260 | 1.410 | 19.790 | 711 | 393 | -318 | -45 |
| Serviços | 7.324 | 4.351 | 16.128 | 10.907 | 141.667 | 2.826 | 1.269 | -1.557 | -55 |
| Com. e adm. de imóveis, valores mobil., serv. Téc. | 1.811 | 2.937 | 6.815 | 4.097 | 41.508 | 1.229 | -42 | -1.271 | -103 |
| Transportes e comunicações | 1.328 | -2.180 | 1.789 | 2.164 | 24.011 | 490 | 255 | -235 | -48 |
| Serv. médicos, odontológicos e veterinários | 1.029 | 1.216 | 696 | 1.584 | 14.368 | 201 | 435 | 234 | 116 |
| Ensino | 587 | 627 | 696 | 1.095 | 15.270 | 280 | 351 | 71 | 25 |
| Outros Serviços | 2.569 | 1.751 | 6.132 | 1.967 | 46.510 | 626 | 270 | -356 | -57 |
| Administração pública | 622 | 149 | 222 | 383 | 254.976 | 108 | 19 | -89 | -82 |
| Agropecuária | -881 | -235 | 316 | 4.297 | 17.894 | 1.526 | -270 | -1.796 | -118 |
| Total | 30.262 | 10.317 | 46.206 | 26.162 | 636.625 | 3.199 | -1.040 | -4.239 | -133 |

Fonte: RAIS/CAGED/M.T.E

¹ Ajustes recebidos até janeiro de 2011, relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2010

² Ajustes recebidos até janeiro de 2012, relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2011

³ Ajustes recebidos até janeiro de 2012, relativo aos meses de janeiro e fevereiro 2011

⁴ Ajustes recebidos até fevereiro de 2012, relativo aos meses de janeiro de 2012

⁵ Serviços Industriais de Utilidade Pública

A Construção Civil apresentou variação absoluta positiva de 928 em relação ao 1º bimestre de 2011,

embora permaneça com um saldo negativo de 3.067 contratações em 2012.

No 1º Bimestre de 2012 Três Municípios Destacam-Se na Geração de Empregos Formais: José de Ribamar, Imperatriz e São Raimundo das Mangabeiras

O município de São José de Ribamar foi líder em contratações líquidas no Estado, com 661 empregos gerados, distribuídos especialmente entre o Comércio Varejista (+359) e os Serviços de Atendimento Hospitalar e de Segurança Patrimonial/ Vigilância (+336).

Os municípios de Imperatriz e São Raimundo das Mangabeiras geraram o saldo de 439 empregos formais cada um. Ao primeiro, coube destaque à Indústria de Alimentos e Bebidas (156), ao Comércio Varejista (188) e aos Serviços (219). No segundo, destacou-se a Agropecuária na atividade de Produção de Lavouras Temporárias (+399). Ainda, no setor agropecuário vale destacar também os municípios de Balsas (+115) e Tasso Fragoso (+92).

Destaca-se que Indústria Química passou da liderança para a última posição, em termos de geração de empregos formais dentro do setor da Indústria de Transformação, devido à severa redução no saldo de contratações líquidas na produção do álcool em São Raimundo das Mangabeiras (0) e Aldeias Altas (-133).

Já o município de Santo Antônio dos Lopes registrou um saldo total de 177 contratações líquidas, das quais a Construção Civil ligada aos investimentos do Complexo termoeletrico do Parnaíba (UTE Parnaíba) e da Exploração de Gás Natural (OGX) foram responsáveis por 90%.

Tabela 9 - Mercado de Trabalho Formal - 15 Maiores e 10 Menores Contratações Líquidas Segundo Subsetores de Atividade, por Municípios Maranhenses no 1º Bi/12- (CAGED sem Ajustes) ³

| Municípios | Extr. Mine-ral | Indústria de transformação | | | | | | SIUP ¹ | Const. Civil | Comércio | | | Serv. | Agrop. | Total |
|----------------------|----------------|----------------------------|--------------|-------------|-----------------|--------|-------|-------------------|--------------|----------|-------|-------|-------|--------|--------|
| | | Min. não Met. | Meta-lurgica | Ind Química | Alim. e Bebidas | Outras | Total | | | Varejo | Atac. | Total | | | |
| Maranhão | -27 | -21 | 49 | -88 | 83 | 70 | 99 | -60 | -3.180 | 438 | 346 | 784 | 939 | -268 | -1.711 |
| São José de Ribamar | 1 | -18 | 0 | -3 | 3 | 10 | -8 | 3 | -2 | 359 | -30 | 329 | 336 | 2 | 661 |
| Imperatriz | -1 | -10 | -23 | 1 | 156 | 34 | 158 | 2 | -69 | 188 | -9 | 179 | 219 | -48 | 439 |
| São Rdo das Mangab. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 | -1 | 0 | -1 | 38 | 397 | 439 |
| Balsas | -16 | 14 | 29 | -2 | -3 | 2 | 40 | 0 | -13 | 43 | 56 | 99 | 78 | 115 | 303 |
| Santo Ant. dos Lopes | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 8 | 161 | -4 | 0 | -4 | 11 | 0 | 177 |
| Tasso Fragoso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 34 | 36 | 0 | 92 | 128 |
| Paco do Lumiar | 0 | -1 | 1 | 7 | -2 | -2 | 3 | 3 | -22 | 0 | -1 | -1 | 96 | 5 | 84 |
| Presidente Dutra | 0 | 5 | 0 | 1 | 2 | 1 | 9 | 0 | -5 | 26 | -4 | 22 | 20 | 18 | 64 |
| Anapurus | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 4 | 29 | 26 | 59 |
| Barao de Grajau | 0 | -5 | 0 | 0 | 0 | 0 | -5 | 0 | 51 | 0 | 6 | 6 | 0 | 0 | 52 |
| Riachão | -5 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 18 | 18 | 0 | 16 | 34 |
| Sambaíba | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 0 | 20 | 0 | 0 | 0 | 13 | 13 | -1 | 1 | 33 |
| Santa Ines | 0 | 0 | 2 | 0 | -14 | -3 | -15 | -1 | -9 | 35 | 1 | 36 | 22 | -2 | 31 |
| Campestre do MA | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 19 | 20 | 0 | 0 | -3 | 0 | -3 | -2 | 15 | 30 |
| Viana | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 14 | 12 | 0 | 12 | 1 | 1 | 29 |
| Barreirinhas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -79 | -11 | 0 | -11 | -13 | 0 | -103 |
| Timon | 0 | 12 | 0 | -2 | -9 | -8 | -7 | -1 | -70 | -10 | -5 | -15 | -10 | -4 | -107 |
| Aldeias Altas | 0 | 0 | 0 | -133 | 0 | 0 | -133 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | -1 | 0 | -132 |
| Santa Luzia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | -134 | -3 | 0 | -3 | -3 | 2 | -137 |
| Vitoria do Mearim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -156 | -3 | 0 | -3 | -2 | 1 | -160 |
| Centro Novo do MA | -3 | 0 | 0 | 0 | 0 | -6 | -6 | 0 | -255 | 2 | 0 | 2 | 0 | 5 | -257 |
| Coelho Neto | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 3 | 15 | 0 | 0 | 8 | 0 | 8 | -2 | -310 | -289 |
| São Luis | -9 | 2 | 10 | 5 | -85 | -19 | -87 | -74 | -578 | -101 | 194 | 93 | 82 | -11 | -572 |
| Estreito | 0 | -6 | 0 | 0 | -19 | 1 | -24 | -7 | -605 | -6 | 0 | -6 | 1 | 4 | -637 |
| Bacabeira | -8 | 0 | 6 | 13 | 1 | 0 | 20 | 0 | -1.364 | 5 | 0 | 5 | -36 | -3 | -1.386 |

Fonte: CAGED /M.T.E

1 - Serviços Industriais de Utilidade Pública

No outro extremo da **Tabela 9**, em virtude de expressivo número de demissões líquidas na Construção Civil, aparecem Bacabeira (-1.386) e Estreito (-605). No primeiro, houve uma expressiva contribuição da desmobilização temporária de trabalhadores nas obras de terraplanagem da Refinaria Premium I, devido ao

³ CAGED sem Ajustes - Registra o saldo de contratações celetistas conforme as declarações entregues dentro do prazo legal

período chuvoso. No segundo, houve 558 demissões líquidas na atividade de Obras de Infraestrutura para Energia Elétrica.

Já a capital São Luís (-572), apesar do saldo negativo de empregos formais, registrou variação absoluta positiva de 172 contratações na comparação com o mesmo período de 2011. O saldo de contratações da Construção Civil (-578) cresceu na comparação com o período de 2011(-1.659), mas continuou negativo. Já o setor de Serviços registrou somente 82 admissões líquidas neste 1º bimestre contra o saldo de +1.120 no mesmo período do ano anterior, tendo as atividades de tele atendimento registrado as maiores perdas dentro do setor, com variação absoluta negativa de menos 509 empregos formais na comparação com 2011.

Finanças Públicas

ARRECADAÇÃO FEDERAL

Crescimento De 55,6% na Arrecadação de Impostos Federais no Estado do Maranhão no Primeiro Bimestre de 2012

No primeiro bimestre deste ano, a arrecadação de receitas federais no estado do Maranhão registrou um crescimento de +55,6% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto a arrecadação do Brasil cresceu +5,1%. Foi um resultado bastante significativo no primeiro bimestre de 2012, em comparação com os anos anteriores, conforme descrito na **Tabela 10**.

Os impostos que mais contribuíram para o crescimento das receitas foram: o Imposto sobre a Renda, que cresceu +14,6% e teve uma participação nas receitas totais de 14,7% no primeiro bimestre de 2012; COFINS, com crescimento de +108,6% e participação de 42,7%; o PIS/PASEP que cresceu +72,2% e teve participação de 12,2%; e o Cide - Combustíveis que cresceu +172,9% e apresentou participação de 10,4%.

Tabela 10 – Evolução da Arrecadação de Impostos Federais do Estado do Maranhão dos Anos de 2000 a 2012* (R\$ Milhões, inflacionados pelo IPCA Acumulado até Fevereiro de 2012)

| Receita | Em R\$ Milhões | | | | Composição (%) | | Taxa de crescimento (%) | | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|--------------|--------------|----------------|--------------|-------------------------|-------------|-------------|
| | 2010 | 2011 | 2011* | 2012* | 2011* | 2012* | 2000 a 2011 | 2011/2010 | 2012/2011* |
| Imposto Sobre Importação | 54,8 | 66,7 | 5,5 | 9,5 | 1,2 | 1,3 | -5,3 | 21,7 | 71,7 |
| Imposto Sobre Exportação | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 37,7 | 14,0 | - |
| IPI - Total | 96,9 | 122,0 | 35,5 | 20,3 | 7,8 | 2,9 | -1,2 | 25,9 | -42,8 |
| Imposto Sobre a Renda - Total | 557,1 | 638,6 | 107,0 | 122,7 | 23,5 | 17,4 | 12,8 | 14,6 | 14,6 |
| IRPF | 97,0 | 126,9 | 6,2 | 15,8 | 1,4 | 2,2 | 17,9 | 30,8 | 154,6 |
| IRPJ | 246,7 | 281,3 | 60,1 | 61,0 | 13,2 | 8,6 | 17,4 | 14,0 | 1,5 |
| IR Retido Na Fonte | 213,4 | 230,5 | 40,7 | 45,9 | 9,0 | 6,5 | 7,5 | 8,0 | 12,7 |
| Imp. S/ Operações Financeiras | 1,9 | 2,1 | 0,3 | 1,0 | 0,1 | 0,1 | -4,4 | 8,7 | 258,5 |
| Imposto Territorial Rural | 6,0 | 6,7 | 0,2 | 0,4 | 0,1 | 0,1 | 2,0 | 11,8 | 82,8 |
| CPMF | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -52,1 | 116,9 | 278,8 |
| COFINS | 1.284,2 | 1.522,4 | 144,6 | 301,6 | 31,8 | 42,7 | 23,2 | 18,5 | 108,6 |
| Contribuição Para o PIS/PASEP | 346,4 | 419,3 | 49,9 | 85,9 | 11,0 | 12,2 | 17,5 | 21,0 | 72,2 |
| CSLL | 187,6 | 194,8 | 39,8 | 44,7 | 8,8 | 6,3 | 17,6 | 3,8 | 12,3 |
| Cide-Combustíveis | 401,0 | 562,7 | 26,9 | 73,3 | 5,9 | 10,4 | - | 40,3 | 172,9 |
| Contribuições Para o FUNDAF | 0,8 | 1,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | -3,9 | 42,7 | 52,7 |
| CPSSS | 0,0 | 0,0 | 23,0 | 23,9 | 5,1 | 3,4 | - | - | 4,0 |
| Outras Receitas Administradas | 64,1 | 79,6 | 10,8 | 12,8 | 2,4 | 1,8 | -2,5 | 24,1 | 18,5 |
| Receita Administrada Pela RFB | 3.000,9 | 3.774,6 | 443,7 | 696,5 | 97,6 | 98,5 | 16,4 | 25,8 | 57,0 |
| Demais Receitas (Inclusive Taxas) | 61,4 | 62,1 | 10,8 | 10,5 | 2,4 | 1,5 | - | 1,3 | -2,7 |
| Total Geral | 3.062,3 | 3.836,8 | 454,5 | 707,0 | 100,0 | 100,0 | 16,6 | 25,3 | 55,6 |

Fonte: Ministério da Fazenda *1º Bimestre

No crescimento do IR destaca-se o *IRRF - Rendimentos do Trabalho* que cresceu 9,6% (e representou 5,4% das arrecadações em 2012), refletindo a expansão da massa salarial nos meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, em relação a igual período do ano anterior. Uma das causas para tal desempenho relaciona-se à expansão da formalização no mercado de trabalho maranhense.

O crescimento da arrecadação do COFINS e do PIS/PASEP reflete, dentre outros motivos: a) o crescimento de 11,5% no Volume de Vendas do Comercio Varejista de dezembro de 2011 a janeiro de 2012 em relação a dezembro de 2010 e janeiro de 2011 (PMC-IBGE) e a postergação do prazo de recolhimento do Simples Nacional de fevereiro para março/2012. (STN, 2012)

O crescimento do Cide-Combustíveis resulta da redução das alíquotas da Cide da Gasolina de R\$ 0,23/litro para R\$ 0,91/litro (redução de 60,4%) e da Cide do Diesel de R\$ 0,07/litro para R\$ 0,047/litro (redução de 32,9%) (STN, 2012). No Maranhão, essas reduções de alíquotas são bem significativas, pois o estado é um grande importador e distribuidor interno de combustíveis.

O único imposto com variação negativa da arrecadação, na comparação do primeiro bimestre de 2012 com o primeiro bimestre de 2011 foi o IPI-Total (-42,8%). Desagregando-se o IPI, tem-se os seguintes crescimentos: IPI – Bebidas (crescimento de +9,3%), IPI – Vinculados à importação (+43,7%), IPI–Outros (-85,3%), IPI – Fumo(0%), IPI – Automóveis (0%). No plano nacional, o IPI-Outros também registrou decréscimo decorrente da redução da Produção Física Industrial nacional calculada pelo IBGE. Como essa pesquisa não é calculada para o Maranhão, não se pode afirmar com exatidão, a partir da base de dados em análise, quais setores sofreram redução. Contudo, o decréscimo na arrecadação do IPI é uma sinalização de uma acomodação na produção industrial maranhense. Nos dados de emprego formal disponibilizados pelo MTE, verifica-se que o emprego na indústria de transformação maranhense registrou demissões líquidas tanto no bimestre dez/10-jan/11 (-1.461) como no bimestre dez/11-jan/12 (-755).

ARRECADAÇÃO ESTADUAL

ICMS Total Cresce 10,9% no Primeiro Bimestre do Ano, Graças ao Bom Desempenho do Setor Terciário Maranhense

A arrecadação de ICMS no Estado do Maranhão no primeiro bimestre de 2012 apresentou um crescimento de +10,9% em relação ao primeiro bimestre de 2011. A **Tabela 11** mostra a arrecadação do ICMS maranhense no primeiro bimestre de 2011 e 2012, por setores e atividades selecionados. Observa-se que o setor mais dinâmico é o Terciário, responsável por 46,5% do ICMS arrecadado no 1º bi/2012 e com crescimento de +9,1% em relação ao 1º bi/2011. Dentro do Setor Terciário, destacam-se os segmentos *Atacadista* (participação de 15,4% e crescimento de +6,6%), *Varejista* (participação de 15,5% e crescimento de +13,9%) e *Comunicação* (participação de 12,1% e crescimento de +6,4%).

Tabela 11 – Arrecadação do ICMS por Setores e Atividades Selecionados no Estado do Maranhão no Mês de Fev/12 (Valores Reais, Inflacionados pelo INPC Acumulado até Fev/12)

| | Período | Total | Setor Prim. | Setor Secund. | Terc. Atac. | Ter. Var. | Terc. Transp. | Terc. Comum. | Terc. Outros | Setor Terc. | Energia | Petróleo e Comb. |
|---------|---------------------------------|---------|-------------|---------------|-------------|-----------|---------------|--------------|--------------|-------------|---------|------------------|
| Valores | 1º bi/2011 (R\$ Mil) | 541.803 | 1.114 | 95.516 | 86.749 | 82.078 | 13.408 | 68.467 | 5.323 | 256.027 | 43.307 | 145.839 |
| | 1º bi/2012 (R\$ Mil) | 600.977 | 1.390 | 88.481 | 92.506 | 93.450 | 14.429 | 72.863 | 6.045 | 279.294 | 57.996 | 173.817 |
| | Acumulado 12 meses (R\$ bilhão) | 3.456 | 10 | 555 | 541 | 487 | 101 | 414 | 36 | 1.579 | 297 | 1.015 |
| Em (%) | Composição 1º bi/11 | 100,0 | 0,2 | 17,6 | 16,0 | 15,1 | 2,5 | 12,6 | 1,0 | 47,3 | 8,0 | 26,9 |
| | Composição 1º bi/12 | 100,0 | 0,2 | 14,7 | 15,4 | 15,5 | 2,4 | 12,1 | 1,0 | 46,5 | 9,7 | 28,9 |
| | 1º bi/12 sobre 1º bi/11 | 10,9 | 24,8 | -7,4 | 6,6 | 13,9 | 7,6 | 6,4 | 13,6 | 9,1 | 33,9 | 19,2 |

Fonte: Confaz

* Encerrado em Fevereiro de 2012

O segundo setor com maior participação na arrecadação do ICMS maranhense é de Petróleo e Combustíveis, que representou 28,9% da arrecadação do imposto no 1º bi/2012 (elevação de +19,2% relativamente o mesmo período de 2011). Isso porque o estado do Maranhão é um grande importador e distribuidor de combustíveis para a Região Nordeste. Para se ter uma ideia, no primeiro bimestre de 2012 90,5% do total das importações maranhenses foi de Combustíveis e Lubrificantes (contra 75,4% no mesmo período de 2011 - crescimento de +239,9%).

O Setor Primário apresentou uma participação de 14,7% no 1º bi/12 (redução de -7,4% relativamente ao 1º bi/11), foi o único a registrar decréscimo, o que reflete a acomodação industrial citada na seção sobre

Arrecadação Federal. Os setores Energia e Primário tiveram participação de 9,7% e 0,2%, respectivamente, no início deste ano e crescimentos de +33,9% e +24,8%, também nessa ordem.

No **Gráfico 19** é possível visualizar mais detalhadamente a composição da arrecadação do ICMS. O gráfico mostra arrecadação no acumulado de 12 meses encerrado em fevereiro de 2012 e a participação dos Setores e Atividades no mesmo período.

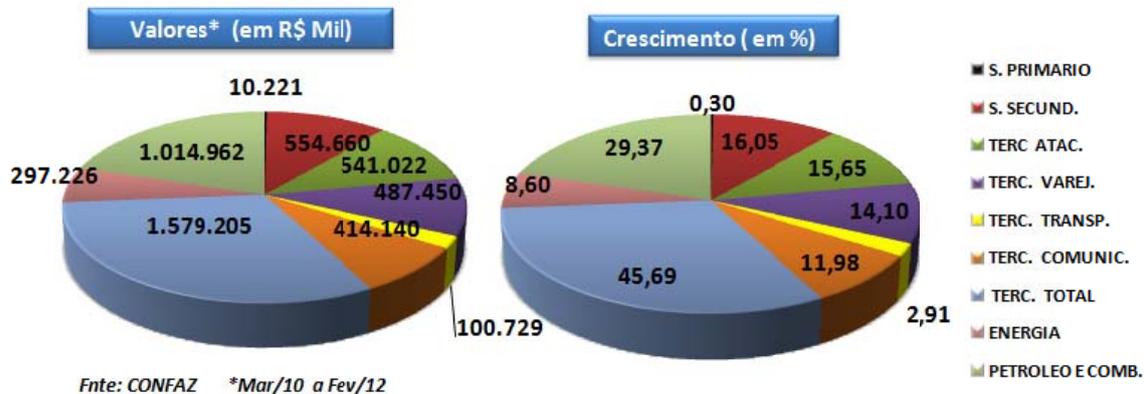


Gráfico 19 – Arrecadação do ICMS no Maranhão por Setores e Atividades Selecionados no Período de 12 Meses Encerrado em Fevereiro de 2012 (R\$ Mil) e Participação (Em %) no Mesmo Período (Valores Inflacionados Pelo INPC Acumulado até Fev/12)

Fonte: Confaz * Mar/10 a Fev/12

Transferências Constitucionais

Transferências Constitucionais para Estado e Municípios Registram Modesto Crescimento no Primeiro Bimestre de 2012 Após Significativa Elevação em 2011

No primeiro trimestre de 2012 as Transferências Constitucionais para o estado do Maranhão registraram crescimento de +1,5 e as Transferências para municípios cresceram +1,2%, relativamente ao mesmo período de 2011 (como mostram as **Tabelas 12 e 14**, respectivamente).

Tabela 12 – Transferências Constitucionais para o Estado do Maranhão (R\$ Mil, Inflacionados pelo INPC Acumulado até Março de 2012)

| Ano | FPE | IPI-EXP | FUNDEB/ FUNDEF* | LC 87/96 | Outros | Total |
|----------------------------|-------------|----------|--------------------|----------|----------|-------------|
| 2010 | 3.103.466,4 | 33.617,9 | 835.447,0 | 21.668,3 | 87.870,6 | 4.082.070,2 |
| 2011 | 3.512.782,1 | 36.863,2 | 1.130.822,4 | 18.663,7 | 71.006,7 | 4.770.138,1 |
| 1º Tri/2011 | 925.842 | 9.009 | 299.388 | 5.186 | 11.487,9 | 1.250.913 |
| 1º Tri/2012 | 952.750 | 7.065 | 293.575 | 4.923 | 10.251,9 | 1.268.564 |
| Taxa de crescimento | | | | | | |
| 2000 a 2011 | 5,7 | -2,2 | 12,4 | -13,3 | -1,0 | 6,6 |
| 2011 / 2010 | 13,2 | 9,7 | 35,4 | -13,9 | -19,2 | 16,9 |
| 2012 / 2011* | 2,9 | -21,6 | -1,9 | -5,1 | -10,8 | 1,4 |

Fonte: Secretaria do tesouro Nacional *A partir de jan/07 o FUNDEF tornou-se FUNDEB

O modesto desempenho crescimento pode ser explicado por alguns fatores: a) 2011 foi um ano de grande crescimento das Transferências Constitucionais (+16,9% para os estados e +27,4% para os municípios), tornando-o um ano de base de comparação forte; b) embora no plano nacional a arrecadação do Imposto de Renda tenha registrado um forte crescimento no primeiro bimestre de 2012, o IPI registrou decréscimo (além do mau desempenho da produção industrial em 2012, deve-se levar em conta a política de incentivo à aquisição de bens duráveis de consumo), o que impactou o baixo crescimento do FPE e do FPM; c) o FUNDEB (estadual e municipal) foi afetado principalmente pela redução da parcela de complementação da União.

Na **Tabela 12** estão descritas as principais Transferências Constitucionais para o Maranhão. Observa-se que, com exceção do FPE, houve redução em todas as Transferências, na comparação do primeiro trimestre de 2012 relativamente o primeiro trimestre de 2011: FPE (+3,0%), IPI-Exp (-27,2%), FUNDEB (-9,7%), LC 87/96 (-36,6%). Essa redução pode ser explicada pela redução nas Transferências para os Estados e Municípios.

Tabela 13 – Origem dos Recursos FUNDEB (R\$ Mil, Inflacionados pelo INPC Acumulado até Mar/12)

| Origem | Valores (R\$ Mil) | | Participação (%) | | Cresc. (%) |
|--------------------------|-------------------|----------------|------------------|---------------|--------------|
| | 1º tri/12 | 1º tri/12 | 1º tri/12 | 1º tri/12 | |
| FPE | 61.796 | 62.449 | 20,64 | 21,27 | 1,06 |
| FPM | 37.239 | 37.661 | 12,44 | 12,83 | 1,13 |
| IPI-EXP | 601 | 463 | 0,20 | 0,16 | -22,99 |
| ICMS | 42.522 | 46.238 | 14,20 | 15,75 | 8,74 |
| União ¹ | 152.603 | 141.703 | 50,97 | 48,27 | -7,14 |
| LC nº 87/96 ² | 462 | 430 | 0,15 | 0,15 | -6,79 |
| ITR | 18 | 18 | 0,01 | 0,01 | -3,83 |
| IPVA | 4.060 | 4.545 | 1,36 | 1,55 | 11,96 |
| ITCMD | 86 | 67 | 0,03 | 0,02 | -22,63 |
| Total | 299.388 | 293.575 | 100,00 | 100,00 | -1,94 |

Fonte: STN 1. Complementação da União 2. Lei Complementar nº 87/96

Corroborar-se a afirmação acima, ao analisar-se a **Tabela 13**, com a abertura das origens dos recursos destinados ao FUNDEB. Como se pode observar, a Complementação da União tem a maior participação nos recursos destinados ao FUNDEB (correspondia 50,97% no 1º bi/11 e 48,27% no 1º bi/12) e, em 2012, ela sofreu um decréscimo de -7,14%.

A **Tabela 14** mostra as principais Transferências Constitucionais para os municípios maranhenses, no período de 2010 ao primeiro trimestre de 2012.

Tabela 14 - Transferências Constitucionais para os Municípios do MA (R\$ Mil, Inflacionados pelo INPC Acumulado até Mar/12)

| Ano | FPM | ITR | FUNDEB/ FUNDEF* | LC 87/96 | Outros | Total |
|----------------------------|-------------|---------|--------------------|----------|----------|-------------|
| 2010 | 1.968.484,6 | 2.671,5 | 2.288.058,1 | 7.209,8 | 29.237,8 | 4.295.661,7 |
| 2011 | 2.278.970,3 | 2.821,6 | 3.159.044,9 | 6.763,4 | 27.149,7 | 5.474.749,9 |
| 1º Tri/2011 | 556.917,1 | 276,3 | 820.305,6 | 1.725,7 | 3.822,4 | 1.383.047,1 |
| 1º Tri/2012 | 573.816,8 | 269,4 | 820.128,3 | 1.639,0 | 3.411,2 | 1.399.264,8 |
| Taxa de crescimento | | | | | | |
| 2000 a 2011 | 6,7 | 0,8 | 13,1 | - | 0,4 | 9,7 |
| 2011 / 2010 | 15,8 | 5,6 | 38,1 | -6,2 | -7,1 | 27,4 |
| 2012 / 2011* | 3,0 | -2,5 | -0,02 | -5,0 | -10,8 | 1,2 |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

*A partir de jan/07 o FUNDEF tornou-se FUNDEB

Em geral, as Transferências municipais apresentaram o mesmo comportamento que as estaduais: apenas o FPM registrou crescimento (+3,0%), as demais apresentaram queda no 1º tri/2012 em relação ao 1º tri/2011 (o ITR decresceu -2,5% e o FUNDEB -0,02%).

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRAFICOS

GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO
Roseana Sarney

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Fábio Gondim

PRESIDENTE
Fernando José Pinto Barreto

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Sadick Nahuz Neto

COORDENAÇÃO
Felipe de Holanda

ELABORAÇÃO
Felipe de Holanda
Talita Nascimento
Daniele Amorim
Geilson Pestana

EDITORAÇÃO
Talita Nascimento